



**Departamento de Economia**

**Faculdade de Economia Administração e Contabilidade – FACE**

**Graduação em Ciências Econômicas**

**Flávia Condé Freitas e Silva**

**Análise Histórica e Perspectivas da Economia Brasileira**

**Brasília – DF**

**2015**

FLÁVIA CONDÉ FREITAS E SILVA

ANÁLISE HISTÓRICA E PERSPECTIVAS DA ECONOMIA BRASILEIRA

Dissertação apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Economia.

Orientadora: Profa. Dra. ANDREA CABELLO

Brasília – DF

2015

## TERMO DE APROVAÇÃO

### Análise Histórica e Perspectivas da Economia Brasileira

Esta monografia foi julgada e aprovada para a obtenção do grau de Bacharel em Economia pelo Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília.

Brasília - DF, 28 de agosto de 2015.

#### **BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dra. Andrea Cabello

---

Prof. Dra. Adriana Moreira Amado

*“Para todo problema econômico de grande complexidade, existe sempre uma solução muito simples.”*

*Gustavo Franco*

## **Agradecimentos**

Agradeço primeiramente a Deus, quem tudo provê e me permitiu chegar até aqui.

À minha família, em especial meus pais Flávio e Rita, por estarem presentes em todos os momentos da minha vida, e por serem meus maiores exemplos.

À minha orientadora Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Andrea Cabello, pela disposição em contribuir para a realização deste trabalho, e pela paciência nesses últimos meses.

Por fim, agradeço aos meus amigos, em especial à Bruna Guidetti, Renata Café e Marwil Dávila, por estarem sempre presentes e pela tamanha amizade que criamos nesses últimos quatro anos.

## RESUMO

Até meados da década de 30, o modelo neoclássico era o modelo dominante do pensamento econômico, em que se acreditava em um equilíbrio geral através do livre mercado. Diante da crise de 1929, Keynes dá início a uma revolução no pensamento, opondo-se às ideias da economia neoclássica de estabilidade. A partir daí, dá-se início a um debate com relação à maneira sobre a qual a economia era conduzida, e, principalmente sobre qual seria o papel do Estado diante da crise. No entanto, este debate é estendido para além da forma pela qual o processo de desenvolvimento econômico dos países acontecia e o porquê do subdesenvolvimento. Entra em evidência a segregação mundial entre países dominantes - desenvolvidos - e dos países periféricos - em desenvolvimento, ou subdesenvolvidos.

Este trabalho visa estudar o processo do desenvolvimento econômico brasileiro, com ênfase na teoria de Rostow (1960) desenvolvida em seu livro *Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não comunista* em que ele traça uma trajetória pela qual os países passariam no seu processo de modernização através de cinco estágios: sociedade tradicional, pré-condições para o arranco, arranco/decolagem, maturidade, consumo de massa. O foco do trabalho está na observação das condições históricas que levaram à provável decolagem da economia brasileira e também sobre os fatores de entrave ao crescimento e à saída do país do subdesenvolvimento.

**Palavras-Chave:** Desenvolvimento, Subdesenvolvimento, Brasil, Etapas do Desenvolvimento Econômico, Decolagem.

## Lista de Gráficos

|                                                                                                | <b>Página</b> |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------|
| <b>Gráfico 1: Participação do Café sobre o Total das Exportações Brasileiras - 1821 a 1881</b> | <b>19</b>     |
| <b>Gráfico 2: População - Imigrantes (Brasil) - Pessoas 1945 a 1960</b>                        | <b>20</b>     |
| <b>Gráfico 3: Participação do Café sobre o Total das Exportações Brasileiras - 1880 a 1939</b> | <b>22</b>     |
| <b>Gráfico 4: Balança Comercial Brasileira - (FOB) - saldo - US\$ (milhões) - 1930 a 1946</b>  | <b>27</b>     |
| <b>Gráfico 5: Taxa de investimento - preços correntes (% PIB) - 1901 - 2013</b>                | <b>50</b>     |
| <b>Gráfico 6: Variação do Produto Interno Bruto (PIB) - Brasil - 1900 a 2013</b>               | <b>52</b>     |
| <b>Gráfico 7: Produto Interno Bruto (PIB) per capita - Brasil (1870 a 2010)</b>                | <b>53</b>     |
| <b>Gráfico 8: PIB - Indústria - (% PIB) - 1947 a 2013</b>                                      | <b>53</b>     |
| <b>Gráfico 9: Inflação - IPC (FIPE) - (% a.a.) - 1940 a 2012</b>                               | <b>54</b>     |
| <b>Gráfico 10: Balança comercial - (FOB) - saldo -US\$ (milhões) - 19889 a 2013</b>            | <b>55</b>     |
| <b>Gráfico 11: Exportações - (FOB) - US\$ (milhões) 1889 a 2013</b>                            | <b>55</b>     |

## Lista de Tabelas

|                                                                                                                                 | Página    |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>Tabela 1: Transporte ferroviário - extensão da rede - linhas principais e ramais - Km</b>                                    | <b>21</b> |
| <b>Tabela 2: Variação Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil (1914-1917)</b>                                                     | <b>23</b> |
| <b>Tabela 3: Variação Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil (1920-1930)</b>                                                     | <b>24</b> |
| <b>Tabela 4: Brasil: produção da indústria de transformação, por setores - 1924-1930</b>                                        | <b>24</b> |
| <b>Tabela 5: Variação Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil (1930-1945)</b>                                                     | <b>26</b> |
| <b>Tabela 6: PIB - indústria - var. real anual (% a.a.) (1930 a 1945)</b>                                                       | <b>26</b> |
| <b>Tabela 7: Taxa de Variação Anual do Produto Interno Bruto, Produtos Industrial e Agrícola no governo Dutra – 1946 a 1950</b> | <b>28</b> |
| <b>Tabela 8: Variação Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil (1956-1960)</b>                                                     | <b>30</b> |
| <b>Tabela 9: Crescimento do Produto Interno Bruto per capita do Brasil (1956-1960)</b>                                          | <b>30</b> |
| <b>Tabela 10: Metas Específicas do Plano de Metas (Previsão/ Realização)</b>                                                    | <b>31</b> |
| <b>Tabela 11: Inflação Brasil - IPC (FIPE) - (% a.a.) 1956 a 1960</b>                                                           | <b>32</b> |
| <b>Tabela 12: Variação Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil (1961-1964)</b>                                                    | <b>34</b> |
| <b>Tabela 13: Inflação Brasil - IPC (FIPE) - (% a.a.) - 1961 a 1964</b>                                                         | <b>34</b> |
| <b>Tabela 14: Inflação Brasil -IPC (FIPE)-(% a.a.) - 1964 a 1967</b>                                                            | <b>36</b> |
| <b>Tabela 15: Variação Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil (1964-1967)</b>                                                    | <b>36</b> |
| <b>Tabela 16:Variação Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil (1968-1973)</b>                                                     | <b>38</b> |
| <b>Tabela 17: Variação Produto Interno Bruto (PIB) per capita do Brasil (1968-1973)</b>                                         | <b>38</b> |
| <b>Tabela 18: Inflação - IPC (FIPE) - (% a.a.) – 1968 a 1973</b>                                                                | <b>38</b> |
| <b>Tabela 19: Variação Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil (1975-1979)</b>                                                    | <b>40</b> |
| <b>Tabela 20: Taxa de investimento - (% PIB) – 1975 a 1979</b>                                                                  | <b>41</b> |
| <b>Tabela 21: Inflação - IPC (FIPE) - (% a.a.) – 1974 a 1979</b>                                                                | <b>41</b> |
| <b>Tabela 22: Variação Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil (1979-1985)</b>                                                    | <b>42</b> |
| <b>Tabela 23: Inflação - IPC (FIPE) - (% a.a.) - 1979 a 1985</b>                                                                | <b>42</b> |
| <b>Tabela 24: Taxa de investimento - (% PIB) - 1979 a 1985</b>                                                                  | <b>43</b> |
| <b>Tabela 25: Variação Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil (1985-1990)</b>                                                    | <b>44</b> |
| <b>Tabela 26: Inflação - IPC (FIPE) - (% a.a.) - 1985 a 1990</b>                                                                | <b>44</b> |
| <b>Tabela 27: Variação Produto Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil - (1989-1992)</b>                                          | <b>46</b> |
| <b>Tabela 28: Inflação - IPC (FIPE) - (% a.a.) - 1989 a 1992</b>                                                                | <b>46</b> |
| <b>Tabela 29: Inflação - IPC (FIPE) - (% a.a.) - 1992 a 1995</b>                                                                | <b>46</b> |
| <b>Tabela 30: Inflação - IPC (FIPE) - (% a.a.) - 1995 a 2003</b>                                                                | <b>47</b> |
| <b>Tabela 31: Variação Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil (1995-2003)</b>                                                    | <b>47</b> |
| <b>Tabela 32: Variação Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil (2003 a 2010)</b>                                                  | <b>48</b> |

## Sumário

|                                                                                                                                                                |           |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1. Introdução: Desenvolvimento, Subdesenvolvimento e o Começo do Debate no Século XX.....</b>                                                               | <b>1</b>  |
| <b>2. Síntese das Teorias do Desenvolvimento Econômico: Nurkse, Prebisch, Furtado e Rostow.....</b>                                                            | <b>4</b>  |
| 2.1.Ragnar Nurkse, o Problema da Formação de Capitais em Países Subdesenvolvidos e o Círculo Vicioso da Pobreza .....                                          | 4         |
| 2.2.Raul Prebisch, a Substituição de Importações, o Sistema Centro-Periferia,a criação de um Mercado Comum na América Latina e a Teoria da Transformação ..... | 7         |
| 2.3.Celso Furtado, o diagnóstico e alternativas para a saída do subdesenvolvimento ..                                                                          | 9         |
| 2.4.W. W. Rostow e a apresentação das fases do Desenvolvimento Econômico .....                                                                                 | 11        |
| 2.4.1. As cinco fases do desenvolvimento econômico.....                                                                                                        | 12        |
| <b>3. Brasil: Fases do seu Desenvolvimento – Uma Análise Histórica .....</b>                                                                                   | <b>16</b> |
| 3.1 Sociedade Tradicional .....                                                                                                                                | 16        |
| 3.2 Pré-condições para o Arranco .....                                                                                                                         | 19        |
| 3.3 Decolagem .....                                                                                                                                            | 29        |
| <b>4. A Decolagem da Economia Brasileira dentro do Modelo das Etapas do Desenvolvimento de Rostow: Variáveis e Análises .....</b>                              | <b>49</b> |
| <b>5. Considerações finais .....</b>                                                                                                                           | <b>56</b> |
| <b>Referências Bibliográficas .....</b>                                                                                                                        | <b>57</b> |

## **1. Introdução: Desenvolvimento, Subdesenvolvimento e o Começo do Debate no Século XX**

Celso Furtado definiu o desenvolvimento econômico como “...um processo de mudança social pelo qual um número crescente de necessidades humanas – preexistentes ou criadas pela própria mudança – são satisfeitas através de uma diferenciação no sistema produtivo decorrente da introdução de inovações tecnológicas.” (Furtado, 1961). Sob o prisma econômico, “desenvolvimento é, basicamente, aumento do fluxo de renda real, isto é, incremento na quantidade de bens e serviços por unidade de tempo à disposição de determinada coletividade” (Furtado, 1961).

Milone (1998) enfatiza que para se caracterizar o desenvolvimento econômico deve-se observar ao longo do tempo a existência de variação positiva de crescimento econômico, medido pelos indicadores de renda, renda per capita, PIB e PIB per capita, de redução dos níveis de pobreza, desemprego e desigualdade e melhoria dos níveis de saúde, nutrição, educação, moradia e transporte. No entanto, sobre crescimento econômico, este está ligado não só a fatores históricos, mas também a expectativas futuras, o que nos deixa deduzir que mesmo países com mesmas taxas de investimentos não necessariamente terão as mesmas taxas de crescimento econômico.

Outra característica do processo de desenvolvimento é a complementaridade dos setores. Um aumento na produção em determinado setor deve gerar não só um aumento da renda dispendida neste setor, mas também em outros setores da economia. A falta de coordenação da economia gera ainda diversos obstáculos ao desenvolvimento dos países, como na expressão “armadilha do equilíbrio baixo”: um equilíbrio superior seria obtido se agentes coordenassem suas expectativas.

Ainda sobre a complementaridade dos setores, Paul Rosstein-Rodan (1943) fala sobre o subdesenvolvimento econômico como sendo resultado de grande “falha de coordenação”, falha de mercado suficiente que não deixa a economia chegar ao novo patamar de país desenvolvido. Diz o autor que investimentos não ocorrem porque outros investimentos complementares não foram realizados. Rodan faz menção ao “Big push” (grande impulso) – crescimento coordenado - como sendo necessário para que haja crescimento equilibrado e para que os países consigam sair do equilíbrio ruim (subdesenvolvimento). Além disso, o autor cita o Estado como sendo fundamental na coordenação das ações econômicas para tal crescimento equilibrado.

Sobre o início dos debates, até meados da década de 30, o modelo neoclássico era o modelo dominante do pensamento econômico, em que se acreditava em um equilíbrio geral através do livre mercado. Diante da crise de 1929, pós Primeira Guerra Mundial, Keynes (1936) dá início a uma revolução no pensamento, opondo-se completamente às ideias da economia neoclássica de estabilidade e do livre mercado. O autor começa a defender uma política intervencionista por parte do Estado como forma de combate aos efeitos adversos dos ciclos econômicos. Além disso, Keynes (1936) acreditava no caráter dinâmico da economia, em que decisões são tomadas de forma descentralizada – impactando no futuro e dependendo das expectativas futuras dos agentes.

Outro contraponto trazido por Keynes (1985) na década de 30 foi o papel da moeda, tendo sobretudo o papel de *reserva de valor*. Além disso, o papel da moeda é trazido ainda de forma mais ampla como também de *unidade de conta e meio de troca*, além de ser fundamental na evolução da economia (uma vez que é aceita a existência do entesouramento e este pode influenciar numa redução nos investimentos). A moeda é ainda desejável por si mesma e tem também papel de liquidez, como garantia contra a incerteza; ao contrário da ortodoxia, que não acredita no entesouramento. Incerteza é o termo chave para caracterizar a revolução do pensamento naquela época, uma vez que agora entra toda uma nova forma de pensar com relação às crises da época e a diversidade do desenvolvimento dos países no mundo.

A partir daí, dá-se início a um debate com relação à maneira sobre a qual a economia era conduzida, e, principalmente sobre qual seria o papel do Estado diante da crise de 1929. Além disso, este debate se estende também em cima da forma pela qual o processo de desenvolvimento econômico dos países acontecia e o porquê do subdesenvolvimento. Entra em evidência a segregação mundial entre países dominantes - desenvolvidos - e países periféricos - em desenvolvimento, ou subdesenvolvidos; e tamanha diversidade vira tema de diversas teses sobre o desenvolvimento econômico dos países, tendo como alguns dos seus principais autores: Ragnar Nurkse, Raul Prebisch, Walt Whitman Rostow e Celso Furtado.

Serão apresentados no capítulo 2 deste trabalho os pontos fundamentais das principais ideias propostas pelos autores acima mencionados, fugindo do escopo do mesmo aprofundar sobre as teorias de desenvolvimento elaboradas por eles. O capítulo 3 se propõe a fazer uma análise histórica dos principais acontecimentos, tanto econômicos, quanto políticos e sociais, vivenciados pelo país dentro de cada etapa do seu desenvolvimento a partir do modelo desenvolvido por Rostow (1960) em seu livro *Etapas do desenvolvimento econômico: um*

*manifesto não comunista*, no qual ele traça uma trajetória em que os países passariam no seu processo de modernização através de cinco estágios: sociedade tradicional, pré-condições para o arranco, arranco/decolagem, maturidade, consumo de massa.

A divisão das fases de desenvolvimento econômico propostas por Rostow aplicadas ao caso brasileiro permitirá analisar as variáveis econômicas a fim de entender como se levou o processo brasileiro de desenvolvimento até o momento atual, além de abrir um debate sobre a importância do papel da indústria no crescimento de longo prazo para o país.

Em seguida, será apresentada no capítulo 4 uma análise dos principais indicadores apontados por Rostow (1960) como necessários para caracterizar a decolagem da economia. O intuito é de enquadrar a trajetória da economia brasileira, e identificar alguns dos gargalos ao desenvolvimento econômico brasileiro.

## **2. Síntese das Teorias do Desenvolvimento Econômico: Nurkse, Prebisch, Furtado e Rostow**

### **2.1. Ragnar Nurkse, e o Problema da Formação de Capitais em Países Subdesenvolvidos e o Círculo Vicioso da Pobreza**

Ragnar Nurkse nasceu em outubro de 1907 e foi um dos grandes responsáveis pelo começo da discussão sobre o Desenvolvimento Econômico no século XX. Além de enfatizar seus estudos sobre a importância da formação de capital nos países em desenvolvimento, ele também contribuiu com conceitos como o “círculo vicioso da pobreza”, em que demonstra o porquê da permanência de países pobres na pobreza.

Em sua obra sobre os “Problemas da Formação de Capitais em Países Subdesenvolvidos”, Nurkse (1957) aponta que seria este um dos pontos centrais que dificultam a saída do subdesenvolvimento, ressaltando, porém, que cada país apresenta características diferentes e circunstâncias especiais nas quais uma visão geral não caberia. No entanto, estes países apresentam problemas comuns, como, por exemplo, muito pouco capital em relação à sua população e recursos naturais abundantes quando comparado com os países mais desenvolvidos. Além disso, o autor ressalva alguns outros pontos como as dimensões do mercado e os incentivos à inversão para ilustrar em grande parte este problema.

Ele define que a formação de capital diz respeito ao momento em que a sociedade renuncia de usufruir do total de suas atividades produtivas e satisfazer o consumo imediato, para aplicar uma parte dessas atividades na produção de bens, visando aumentar a eficiência do esforço produtivo em momentos futuros. Isto pode incluir investimentos tanto em ferramentas, máquinas, meios de transporte, como também educação e saúde; no entanto, o autor centra sua análise na acumulação de capital material.

A grande finalidade da acumulação de capital é de aumentar o estoque de bens de produção hoje de modo a aumentar a produção de bens consumíveis posteriormente. Em grande parte, podemos resumir usando o termo “progresso técnico”, tanto visando a melhoria dos instrumentos produtivos e melhor utilização dos conhecimentos técnicos existentes, quanto utilizando apenas a melhoria do conhecimento técnico sem que haja modificação nos bens de produção. O grande problema dos países subdesenvolvidos se mostra presente nesta ideia:

mesmo com a existência de melhores técnicas de produção, falta para estes países o capital necessário disponível para aplicação deste progresso.

Um fator crucial no processo de desenvolvimento é a dimensão do mercado interno, principalmente nos estágios iniciais. O aumento do volume de produção de bens para o consumo interno acaba sendo limitado, uma vez que não há demanda capaz de suprir o aumento da oferta. Isto limita ainda a produção de forma a não melhorar a sua capacidade técnica e a não empregar de forma proveitosa a tecnologia disponível, pelo simples fato de não precisar por falta de demanda, pois a produção existente já é suficiente.

Desta forma, o processo de desenvolvimento do país acaba se tornando cada vez mais retardado ou até estagnado por conta do obstáculo à aplicação de capital. Por mais que haja capital, quando o mercado é pequeno, o incentivo econômico para melhorar o processo produtivo, acelerando-o, se torna nulo. Para piorar, a expansão monetária, incentivos de promoção de vendas e propaganda não resolveriam o problema, uma vez que ele está na capacidade de compra e da renda real da população. Expansão monetária seria apenas capaz de gerar inflação dos preços. Outros dois fatores irrelevantes citados pelo autor seriam se pensássemos em aumentar o volume da população, ou aumentar a expansão física do território.

O grande foco está na renda real da população e na produtividade do processo produtivo. Do lado da demanda, esta se vê limitada à renda real que a possibilita comprar. Com relação à produtividade, ligado à oferta dos bens, esta depende em grande parte da quantidade de capitais usados na produção, que acaba sendo limitado inicialmente pela pequenez do mercado, e conseqüentemente pelo incentivo para investir. Uma vez superada essa limitação, um aumento de produtividade geraria aumento na renda real, o que estimularia um círculo virtuoso.

A Teoria do Desenvolvimento de Nurkse trabalha em torno dos modos de superação do círculo vicioso da estagnação econômica que os países subdesenvolvidos passam:

“o incentivo para o uso de capital é limitado pelo pequeno tamanho do mercado; o pequeno tamanho do mercado é devido ao baixo nível de produtividade; o baixo nível de produtividade é devido à pequena quantidade de capital usado na produção, à qual, por sua vez, é devida ao pequeno tamanho do mercado – e, assim, o círculo está completo” (Nurkse, 1957).

“A aplicação de capitais é constantemente desencorajada pela pequena capacidade aquisitiva do mercado, que é devida à pequena capacidade de produção da população, à qual, por sua vez, é uma decorrência da pequena quantidade de capital.” (Nurkse, 1957).

Uma das soluções-chaves está em Schumpeter (1942) ao apresentar o “Entrepreneur” criador capaz de propagar inovações no processo produtivo, através de uma onda de investimentos em um número diverso de indústrias. Este último fator é essencial no processo de desenvolvimento como um todo. É preciso que haja aumento simultâneo de investimentos gerando aumento da produtividade geral da economia, capaz de gerar aumento do poder aquisitivo real da população, e, traz-se, então, o conceito de “economias externas”.

“Os empregados das várias empresas se tornam fregueses uns dos outros. Através da aplicação de capital em uma série de indústrias, o nível da produtividade eleva-se e o tamanho do mercado se amplia.” (Nurkse, 1957).

Em outras palavras, para que haja aumento do tamanho do mercado, este se daria via aumento da eficiência econômica, por meio de redução dos custos da produção. Ou seja, redução de custos (como custos de transporte, por exemplo) gerando aumento da produtividade. A alta produtividade de um trabalhador está bastante relacionada ao fato deles estarem bem equipados com bens de produção, instalações e maquinarias de todos os tipos, o que vai depender da quantidade de investimentos na produção.

Com isso, Nurkse destaca que, na verdade, a principal dificuldade dos países que se encontram neste impasse seria a dificuldade em gerar poupança interna, principalmente por conta do baixo nível de renda populacional. Além disso, mesmo quando há poupança, esta acaba sendo usada de maneira improdutivo:

“No lado da oferta, a renda é baixa, logo a taxa de poupança é baixa; portanto a quantidade de capital usado na produção é pequena e conseqüentemente a produtividade é baixa, o que significa que a renda é baixa.” (Nurkse, 1957).

## **2.2 Raul Prebisch, a Substituição de Importações, o Sistema Centro-Periferia, a criação de um Mercado Comum na América Latina e a Teoria da Transformação**

Nascido em 1901, economista, Raul Prebisch foi um dos principais personagens no debate sobre desenvolvimento econômico do século XX. Durante toda a sua carreira, ele se preocupou com o desenvolvimento de teorias ligadas ao processo de desenvolvimento econômico principalmente dos países subdesenvolvidos, cada uma delas acompanhando as diferentes fases de sua vida (Couto, 2007). Seu principal trabalho “El desarrollo de America Latina y sus principales problemas” foi elaborado e apresentado nas Nações Unidas no ano de 1949 e publicado por esta entidade no ano seguinte, passando a ser conhecido como o “Manifesto da Cepal”, Comissão Econômica Para a América Latina - Cepal, (Prebisch, 1950 e Furtado, 1988)

Prebisch aceita o conceito dos ciclos econômicos e nega as teorias de equilíbrio trazidas pelo pensamento mais ortodoxo da ciência econômica. Em seguida, ele trabalha em torno do conceito Centro-Periferia e da deterioração dos termos de troca entre os países; e grande parte da sua preocupação estava relacionada ao comércio internacional e à balança de pagamentos. Ele vê, no processo de desenvolvimento, a necessidade da industrialização, e encontra como alternativa a substituição de importações e o progresso técnico.

Sua obra questiona a validade da divisão internacional do trabalho, uma vez que esta pode prejudicar países que ainda não alcançaram maior grau de desenvolvimento. Com isso, ele contribui com o conceito da deterioração dos termos de intercâmbio, em especial do preço dos produtos primários em relação aos produtos manufaturados das regiões mais desenvolvidas. Com relação a deterioração dos termos de troca, Prebisch ressalva ser maior a queda dos preços dos produtos primários em momentos de crise do que o aumento desses preços na fase de crescimento da economia mundial.

Ainda ligado ao conceito da deterioração dos termos de troca, o autor analisa que este e o próprio processo da industrialização seriam responsáveis por desequilíbrios no balanço de pagamentos dos países menos desenvolvidos, produtores de bens primários. Ele acrescenta nesta análise mais um fator de desequilíbrio, a elasticidade renda da demanda: a medida que a renda cresce, menor a demanda relativa por bens primários e maior a demanda relativa por bens industriais, agravando cada vez mais a situação de subdesenvolvimento dos países que ali se encontram.

Outra grande contribuição de sua obra no debate foi a defesa da industrialização da América Latina via substituição de importações. O autor defendia um desestímulo à importação de bens, através de controles advindos do Estado (como por exemplo o câmbio), enfatizando que este processo não prejudicaria o comércio internacional, uma vez que substituiria certos produtos pela importação de outros. Prebisch apresenta a ideia da criação de um mercado comum na América Latina. Ele tinha grande preocupação com o desemprego estrutural ou tecnológico, uma vez que via a tecnologia como poupadora de mão-de-obra, pois aumenta a produtividade das indústrias. Novas tecnologias devem ser implantadas à medida que há capital disponível para absorver a mão-de-obra em outras atividades.

Sobre o comércio exterior, ele era visto pelo autor como propulsor do desenvolvimento econômico. O processo de industrialização promove o aumento da demanda por bens de capital e insumos (importados), o que faz com que haja a necessidade de aumentar a exportação do país pra pagar pelos bens que são importados. Em função da baixa capacidade de importação dos países subdesenvolvidos (dadas suas limitações principalmente com relação à falta de divisas e ao maior custo de produção), o processo de substituição de importações acaba mais uma vez sendo defendido pelo autor, juntamente de medidas protecionistas, mas não em excesso.

Prebisch reconhece o papel do Estado em atuar nos setores mais necessitados onde o investimento privado não é suficiente, no sentido de aumentar as inversões de capital e gerar maior crescimento econômico. Neste ponto, o autor defende a participação do Estado através de programas de desenvolvimento em prol do país.

A partir do final de 1963, Prebisch passa a expandir sua análise do desenvolvimento econômico para além da América Latina. O autor formula uma nova política comercial que visava evitar o estrangulamento externo de países em desenvolvimento, adequando à nova política a ideia já trabalhada por ele do desequilíbrio do comércio internacional. Ele já vinha defendendo que houvesse uma cooperação internacional tanto financeira quanto técnica dentro do mercado mundial. Em seguida, ele propõe uma estratégia global de desenvolvimento econômico que incluísse os países de periferia na nova ordem do comércio internacional.

Na década de 1970, Prebisch assume o cargo de diretor geral na “Revista de la Cepal”, e neste período, desenvolve a sua “Teoria da Transformação”. Esta é a fase de sua vida em que muito do seu trabalho retrata a estrutura social, e não mais estritamente econômica do país. O

conceito de “excedente econômico” é trazido como parte do resultado da produtividade que, na verdade, acaba não sendo absorvida pela força de trabalho nem pelos preços, mas sim pelos proprietários dos meios de produção. Com isso, ele inclui as relações de poder nas suas análises de desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos.

### **2.3.Celso Furtado, o diagnóstico do subdesenvolvimento e alternativas para a sua saída**

A partir do final dos anos 40, Celso Furtado começa a dedicar-se à formulação da sua teoria sobre o subdesenvolvimento. Em seguida, a partir do final dos anos 50, Furtado direciona um foco maior sobre os fatores sociais e políticos relacionados ao subdesenvolvimento, e, ao final da década de 70, o autor altera o rumo para falar sobre a dependência dos países subdesenvolvidos sobre os países desenvolvidos e a indagar sobre o subdesenvolvimento no plano da cultura. (Bielschowsky, 2001)

Bielschowsky (2001) divide as obras de Furtado em duas etapas de trabalho: a primeira em que ele faz o diagnóstico do subdesenvolvimento e alternativas para a saída do subdesenvolvimento, período este que corresponderia aos anos de 1954 a 1960; e a segunda etapa em que Furtado desenvolve suas teorias sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento, sugerindo a maneira para a superação do subdesenvolvimento, dentre as quais se destacam a democracia e as reformas políticas necessárias para que o desenvolvimento fosse alcançado (Furtado 1963, 1966, 1967, 1974, 1992, 1994; D’Aguiar 2013).

Uma das grandes críticas do autor com relação à corrente liberal é que para ele não seria possível falar sobre desenvolvimento econômico levando em consideração o livre mercado e a ausência de intervenção estatal. Furtado nega a validação da teoria liberal para os países de periferia, subdesenvolvidos, uma vez que ele acaba trabalhando com a dimensão histórica do processo de desenvolvimento econômico, em que cada economia atravessaria uma série de problemas que são ímpares em cada país, mesmo que bastante parecidos com outras economias contemporâneas que se desenvolveram ao mesmo tempo (Furtado, 1963).

Diferenciando a dinâmica dos países desenvolvidos com a dos países subdesenvolvidos, Furtado foca na grande discrepância das condições dessas economias. Uma economia desenvolvida tem como principal problema a acumulação de novos conhecimentos científicos e de progressos na aplicação desses conhecimentos. Já a economia subdesenvolvida geralmente apresenta condições bastante diferenciadas, como abundância de recursos naturais,

correntes migratórias, etc., além de apresentarem sua maior dificuldade na assimilação da técnica prevalecente à época. (Furtado, 1963).

É destacada tanto por Celso Furtado quanto para outros autores como Singer e Prebisch a relação de dominância dos países produtores de produtos industrializados para os países produtores de matérias-primas, e como essa relação acaba não sendo benéfica para os países subdesenvolvidos agroexportadores, uma vez que, em momentos de crise, há alta vulnerabilidade para essas economias por conta dos impactos que são gerados nas crises externas e devido à alta dependência com o mercado externo (Prebisch, 1950; Singer, 1950).

Além disso, um ponto importante bastante destacado pelo autor é a presença fundamental do Estado no planejamento da economia e, conseqüentemente, no processo de crescimento e desenvolvimento econômico de um país, com enfoque aos países subdesenvolvidos. Aplicando para a economia brasileira, Furtado ressalva que sem o Estado provavelmente o Brasil permaneceria num famoso “círculo vicioso” de grandes dificuldades de formação de capital, baixa qualificação da mão-de-obra, mercado interno atrofiado, concentração de renda nas mãos da elite e dependência tecnológica dos países desenvolvidos (Furtado, 1959, 2007).

Furtado (1959 - Operação Nordeste) apresenta o conceito de “dualismo estrutural” para representar o crescimento desigual brasileiro após diagnosticar a situação da economia brasileira da época. Ele ressalva a discrepância do crescimento das economias regionais com relação ao crescimento do país como um todo. É indicado o “desenvolvimento desigual” entre a região mais industrializada (região Centro-Sul) com a região mais atrasada (região Nordeste), o que desde sempre indicou grande diferenciação nos parâmetros de crescimento dessas diferentes regiões, tanto daquela época como dos últimos anos (Furtado 1959, 1963,1967, 2007).

Com isso, Furtado ressalva em suas obras não só o desenvolvimento desigual das regiões brasileiras, mas também o baixo grau de integração das regiões como sendo um dos maiores obstáculos para o desenvolvimento da economia do país, e fator chave no aprofundamento do subdesenvolvimento da economia brasileira (Furtado, 1959, 1963,1967, 2007). O subdesenvolvimento acaba sendo caracterizado como autônomo e como possível gerador de desigualdades econômicas e sociais dentro de um país, proporcionando, então, a tal estrutura dualista.

O subdesenvolvimento é descrito por Furtado (1963) não como uma etapa para se atingir o desenvolvimento, mas sim como sendo consequência das peculiaridades de cada economia, constituindo um processo histórico autônomo, uma vez que, como mencionado, não é simplesmente uma etapa pela qual os países desenvolvidos tiveram que passar para se desenvolver. De acordo como o autor, no que se refere ao Brasil, o processo de subdesenvolvimento foi ainda mais aprofundado pelo fato das regiões industrializadas terem crescido rapidamente ao passo em que as regiões atrasadas permaneceram na estagnação. Seria aqui que entraria um dos principais papéis do Estado como planejador e interventor.

#### **2.4. Walt Whitman Rostow e a apresentação das fases do Desenvolvimento Econômico**

Walt Whitman Rostow nasceu em outubro de 1916, descendente de família russa, na cidade de Nova York nos Estados Unidos. Graduou-se em Economia na universidade de Yale aos 19 anos, onde também completou seu Ph.D. em 1940. Uma das suas principais obras foi o modelo teórico de desenvolvimento econômico lançado em 1960 no seu livro Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não comunista, que traça uma trajetória em que os países passariam no seu processo de modernização através de cinco estágios: sociedade tradicional, pré-condições para o arranco, arranco/decolagem, maturidade, consumo de massa.

O autor centra sua análise na fase da “decolagem” (“take-off”), uma vez que é nesta fase que o processo de crescimento econômico inicia transformações radicais nas técnicas de produção e na disposição dos fluxos de renda que perpetuam a nova escala de investimento e, assim, perpetuam também a tendência crescente do produto per capita. Trata-se de um processo de transformações, tanto no âmbito político, social, institucional, econômico, que guiam o país no seu processo de desenvolvimento.

O trabalho de Rostow destaca a importância do setor industrial nesse processo de desenvolvimento, e, para que haja a decolagem, é requerido o cumprimento de três condições:

- Aumento na taxa de investimento produtivo de 5% ou menos para mais de 10% da renda nacional;
- Desenvolvimento de um ou mais setores manufatureiros importantes com elevada taxa de crescimento;
- Existência ou surgimento de uma estrutura política, social e institucional que explore os impulsos de expansão do setor moderno e os possíveis

efeitos das economias externas que conceda ao crescimento um caráter de processo contínuo.

#### **2.4.1. As cinco fases do desenvolvimento econômico**

- **Sociedade tradicional**

A primeira das fases é a sociedade tradicional, em que a economia se enquadra em uma estrutura de funções de produção limitadas, com certo nível máximo de produção passível de ser alcançado. Este nível de produção é limitado principalmente pelo nível da produtividade ser também limitado, uma vez que as potencialidades advindas principalmente do progresso técnico e da ciência não estão disponíveis naquela etapa do desenvolvimento.

Esta etapa dificilmente apresenta características idênticas nos diferentes países do mundo, já que cada um deles tem suas peculiaridades (às vezes até completamente distintas de país para país) em termos de sociedade. No entanto, é comum entre todos os países que saíram desta etapa que tenha havido mudanças significativas nas características da sociedade tradicional em termos políticos, econômicos, sociais, institucionais, de valores, etc.

A sociedade, limitada pela sua produtividade, dedica grande parte dos seus recursos para a agricultura (atividade econômica mais importante), e atividades de subsistência, em que a forma de produção é quase que completamente intensiva em mão-de-obra, com quantidades limitadas de capital e métodos de produção tradicionais. A superação desta fase está completamente ligada ao surgimento de mudanças em praticamente todos os âmbitos, que serão caracterizados na próxima fase.

- **Pré-condições para o arranco**

As pré-condições para o arranco se caracterizam basicamente por anos marcados de transições em que a sociedade se prepara para uma mudança radical no processo de desenvolvimento do país. Há elevação da taxa de investimento e do estoque de capital per capita, e o crédito aparece com o fim de patrocinar empreendedores que o aplicarão na indústria moderna, tudo isso devido à nova atitude da sociedade através das mudanças nas técnicas de produção.

As transições na sociedade são marcadas pelo surgimento das primeiras empresas industriais, uma vez que, em parte, os grandes latifúndios convertem seus recursos em uma infraestrutura

propícia para as mudanças radicais da sociedade, como estradas, escolas, fábricas. Há investimento em novas empresas inovadoras, mostrando uma mudança na sociedade e nas técnicas de produção, e mostrando também cada vez mais uma crescente aplicação dos recursos financeiros para o setor moderno. Surgem instituições, viabilizando as transições características desta fase, além de novas instituições financeiras, como bancos. Há também aumento no investimento em infraestrutura, principalmente de transporte, e cresce o comércio interno e externo de forma bastante ampla.

No que tange o setor tradicional do país, há aumento significativo na produtividade agrícola e das indústrias extrativas, principalmente de alimentos, capaz de acompanhar o aumento populacional característico desta fase. Mais além, há aumento do capital social básico, certificado pelo Estado, necessário ao arranco; e o êxodo rural é marcante nesta fase, uma vez que cada vez mais recursos são alocados para o setor moderno. O papel do governo se torna aqui fundamental para a organização da sociedade de forma a unificar os mercados, além de ser responsável por um sistema de tributação e fiscal que aloque cada vez mais recursos para empregos modernos, para a educação e para a saúde pública, basicamente em prol de uma modernização da sociedade e da economia em questão.

- **Arranco/decolagem**

O estágio da decolagem seria o estágio em que o país consegue superar grande parte dos entraves para o desenvolvimento do país, uma vez que no estágio do pré-arranco, houve expansão da rede de transportes, e com ela a expansão do comércio interno e externo, além da iniciação de uma revolução na produtividade agrícola, e da criação de novas instituições capazes de mobilizar a poupança adquirida, e do crescimento de setores industriais (Rostow, 1960).

Em grande parte, o arranco é marcado pela inovação tecnológica, e muitas vezes por um aprofundamento do processo de industrialização no país. Além da mudança na função de produção e do volume de investimentos, esta é uma etapa marcada pela inovação em que a produção é acompanhada por taxas de investimento maiores que as vistas nas etapas anteriores. Há também um maior reinvestimento dos lucros, tanto por parte dos empresários industriais quanto dos produtores agrícolas, e, como condição para caracterização do arranco daquela economia, o investimento na cadeia produtiva deve saltar de 5% da Renda Nacional ou Produto Nacional Líquido para 10%.

Cria-se, nesta etapa, uma nova ordem política, social e institucional, marcada por economias externas dos novos investimentos, onde há desenvolvimento de um ou mais setores de manufatura básica nacional. Aqui, a Formação Bruta de Capital Fixo se acelera juntamente com o crescimento do Produto Nacional e da Renda per capita do país, além de aumentar a razão capital-produto. Aumenta-se também o volume das exportações, capazes, então, de gerar divisas para a importação de bens de capital necessários para o arranco econômico.

Além do cumprimento de três condições básicas para que haja a decolagem (Aumento na taxa de investimento produtivo de 5% ou menos para mais de 10% da renda nacional; Desenvolvimento de um ou mais setores manufatureiros importantes com elevada taxa de crescimento; e Existência ou surgimento de uma estrutura política, social e institucional que explore os impulsos de expansão do setor moderno e os possíveis efeitos das economias externas que conceda ao crescimento um caráter de processo contínuo), é necessário que se faça presente quatro fatores básicos no país que haverá o arranco:

“1 - Deve haver aumento da procura real do produto ou produtos dos setores que oferecem base para um rápido índice de aumento do volume da produção;

2 - Deve haver uma introdução, nesses setores, de novas funções de produção, assim como um alargamento de sua capacidade;

3 - A sociedade deve ser capaz de produzir o capital inicialmente imprescindível para servir de estopim do arranco nesses setores líderes; especialmente, deve haver um alto índice de reinvestimento pelos dirigentes (particulares ou oficiais) que controlam a capacidade e a técnica desses setores e dos setores de desenvolvimento suplementar que são por eles estimulados a se expandirem;

4 - Finalmente, o setor (ou setores) líder(es) deve(m) ser de tal natureza que a sua expansão e transformação técnica induzam uma cadeia de exigências de aumento da capacidade e da potencialidade para as novas funções de produção em outros setores, às quais a sociedade de fato atende progressivamente.” (Rostow, 1960).

Sanados os entraves à decolagem da economia do país devido ao aprofundamento das pré-condições para o arranco, a fase da decolagem seria, então, uma revolução industrial, marcada por modificações radicais nos métodos de produção, aumento de produtividade, crescimento da área urbana, dentre outros fatores já mencionados. Superado este período, a sociedade passa para a próxima fase, a marcha para a maturidade, onde ela desenvolve e aprofunda o seu modo de produção.

- **Marcha para a maturidade**

Em termos gerais, a maturidade econômica do país é alcançada cerca de 60 anos após o início do arranco, ou por volta de 40 anos depois do seu fim. É nesta fase que os obstáculos à expansão da economia já foram superados e as forças de expansão passam a predominar; e as dificuldades de alcance do progresso tecnológico não são mais tão existentes no processo de produção de bens e serviços. (Oliveira, Eberhardt e Lima, 2013).

Internacionalmente, o país se estabiliza em termos de importação e exportação de bens, uma vez que agora bens que antes eram importados são produzidos internamente, e surgem novas necessidades de importação de outros bens antes não importados; da mesma forma que novos artigos produzidos localmente passam a ser exportados. Além da expansão do comércio internacional, o crescimento da produção já supera o crescimento demográfico, e o país consegue produzir aquilo que ele acha necessário (Domingues, 2004).

Setores líderes na fase do arranco passam a se estabilizar, enquanto surgem novos setores que se desenvolvem neste período de maturidade (produção industrial perde importância relativa com relação ao setor de serviços). Mais além, esses setores líderes são determinados não somente pelo seu nível de tecnologia, mas também pela natureza dos recursos abundantes no país (vantagem comparativa), pela forma como o arranco foi estruturado e até mesmo pela orientação do governo do país.

Fica clara nesta fase a importância de uma infraestrutura adequada, capaz de suportar o nível de produção e o próprio crescimento do país, uma vez que se vai tentando alcançar cada vez mais altos níveis de desenvolvimento, não só econômico, mas social, institucional, político. As externalidades geradas pela infraestrutura devem se fazer cada vez mais presentes e positivas na sociedade.

- **Consumo de massa**

A fase do consumo de massa é a quinta fase proposta por Rostow, em que o país se encontra na situação de maior grau de desenvolvimento, se aproximando cada vez mais da maturidade tecnológica e já tendo passado pelas transformações políticas, sociais e institucionais que ocorreram na fase decolagem.

É na fase da Era do Consumo de Massa que os países que atingiram certa maturidade apresentam duas características: a renda real per capita cresceu de tal forma que as pessoas,

como consumidores, conseguiram ultrapassar o consumo de bens de necessidade mínima como alimentação e vestuário, e agora elas conseguem se focar no consumo de bens duráveis e de serviços; e a estrutura da força de trabalho se modifica, sendo mais produtiva e especializada.

Mais além, o objetivo dessas sociedades acaba por superar a incessante necessidade de expansão tecnológica, e passa a atribuir recursos cada vez maiores para problemas sociais do país. A procura pelo estado de bem-estar (welfare state) é uma busca característica desta fase, em que a sociedade marcha para além da maturidade técnica. No entanto, cabe ressaltar que é aqui que a maior parte dos recursos alocados para a produção são dirigidos para artigos de consumo durável e à difusão dos serviços em massa, como já mencionado serem alvos dos consumidores nessa etapa de desenvolvimento.

### **3. Brasil: Fases do seu Desenvolvimento – Uma Análise Histórica**

O objetivo deste capítulo é de fazer uma análise histórica dos principais acontecimentos, tanto econômicos, quanto políticos e sociais, vivenciados pelo país dentro de cada etapa do seu desenvolvimento. Esta análise será feita de modo a delimitar os possíveis intervalos temporais para cada uma das etapas no Brasil, apontando fatos que comprovem o pôr que de cada uma das classificações dentro da teoria de Rostow (1960); e também de modo a indicar possíveis gargalos que a economia brasileira vem apresentando desde sua saída da etapa de sociedade tradicional em direção a uma sociedade desenvolvida.

#### **3.1 Sociedade Tradicional**

A fase da sociedade tradicional brasileira pode ser delimitada dentro do intervalo temporal desde o anúncio formal da descoberta do país pelos portugueses em 1500 até cerca dos anos de 1850, ano marcado pela proibição do tráfico negreiro. Inicialmente, as perspectivas não eram muito promissoras. O Brasil aparece como uma terra cujas possibilidades de exploração e contornos geográficos eram desconhecidos, pensando-se por vários anos que não se passava de uma grande ilha (Fausto, 2012; Lopes e Mota, 2008; Priori e Venâncio, 2010; e Prado Júnior, 2008).

As primeiras tentativas de exploração do litoral brasileiro se basearam no sistema de feitorias, como aquelas implantadas pelos portugueses na costa africana. Nos anos iniciais, entre 1500 e

1535, a principal atividade econômica foi a extração do pau brasil, obtida principalmente mediante a troca com índios (Fausto, 2012). O comércio do pau brasil, embora lucrativo, não cobria as despesas da coroa para a vigilância e ocupação do seu extenso território, cada vez mais ameaçado por invasões de franceses, ingleses e holandeses. Por conta disso, somente a extração deste vegetal não viabilizaria a posse dessas terras (Simonsen, 1967; Fausto, 2012).

Na década de 1530, percebeu-se a necessidade de organização do território, e a partir daí, Dom João III (1534) decidiu pela criação de capitanias hereditárias, caracterizando-se desde muito cedo a concentração de terras no país. Os quinze lotes, perfazendo doze capitanias, foram distribuídos para a pequena nobreza portuguesa; no entanto, apenas duas delas conseguiram se desenvolver, em função dos altos custos de sua ocupação (Bueno, 2006). Como a maioria das capitanias foram destruídas por ataques de índios, e vários dos donatários nem sequer vieram ao Brasil, a coroa criou em 1549 o governo geral, estrutura administrativa que incluía um governador geral e funcionários dependentes do rei (Priore e Venâncio, 2010).

Foi nas décadas de 1530 e 1540 que a produção açucareira se estabeleceu no Brasil em bases sólidas. Os grandes centros açucareiros da colônia foram Pernambuco e Bahia, que, além da boa qualidade do solo e adequado regime climático, estavam mais próximos dos centros importadores europeus, contando com relativa facilidade de escoamento da produção (Fausto, 2012<sup>a</sup>, 2012<sup>b</sup>). A instalação de um engenho constituía um investimento considerável; no entanto, um conjunto de fatores favoráveis tornou possível seu êxito: os portugueses já tinham experiência em produção em escala relativamente grande nas ilhas do atlântico, e dominavam as técnicas da produção do açúcar.

De fato, a produção portuguesa de açúcar foi uma empresa em comum com os flamengos, particularmente dos holandeses, que, além da sua experiência comercial, parte substancial dos capitais requeridos pela empresa açucareira veio dos países baixos (Furtado, 2011). Os flamengos recolhiam o produto em Lisboa, refinavam-no, e faziam a sua distribuição por toda Europa. A expansão do mercado do açúcar constituiu um fator fundamental para o êxito da colonização brasileira (Fausto, 2012).

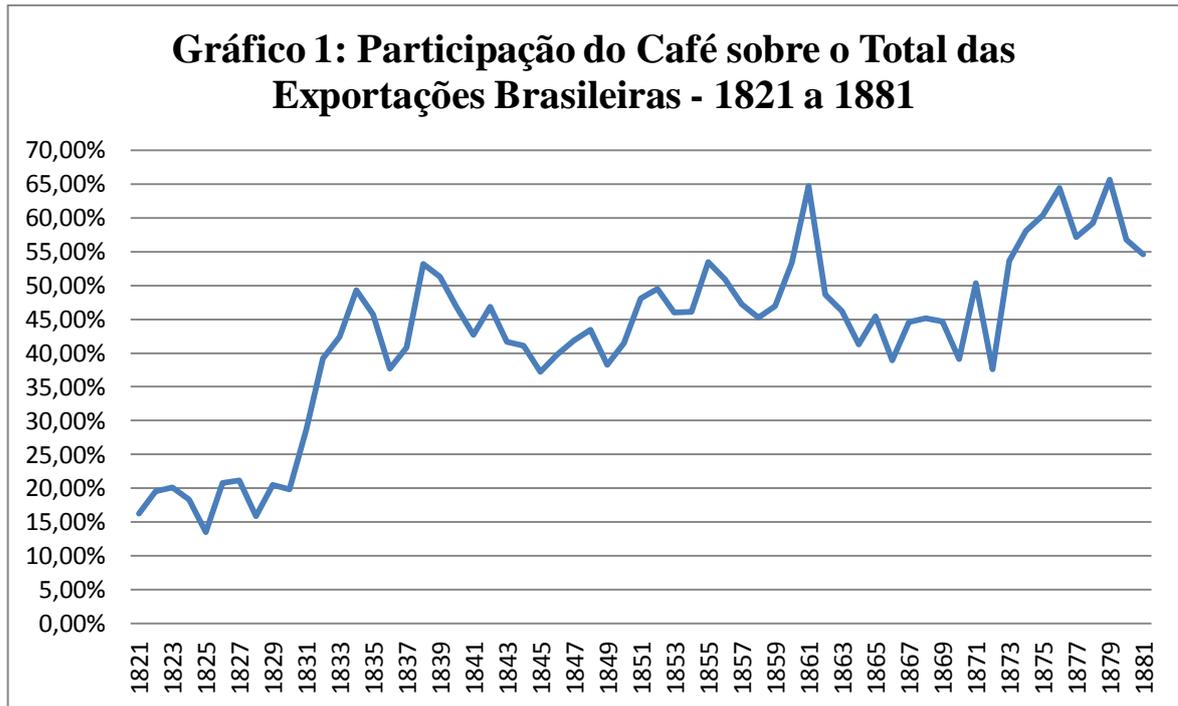
Este sistema produtivo teve como características: Monocultura; Trabalho escravo; Latifúndio; e Produção voltada para o mercado externo. O problema da mão de obra foi resolvido de início com a escravização do índio, que, devido a dificuldades de adaptação e também pelos interesses econômicos, foi gradativamente substituído pela escravização africana, mais apta para exercer as atividades demandadas nos engenhos (Canabrava, 1963).

A partir daí, o açúcar sempre teve importante participação na produção brasileira. Apesar do declínio da era do açúcar na segunda metade do século XVII (tendo como marco a expulsão dos holandeses do Brasil em 1652), ele nunca deixou de ser um dos principais produtos da pauta de exportação nacional. No período colonial, a renda das exportações de açúcar sempre ocupou o primeiro lugar, mesmo no auge da exportação de outro, o açúcar continuou a ser o produto mais importante, pelo menos no comércio legal. Assim, em 1760, ele correspondeu a 50% do valor total das exportações, e o ouro 46% (Fausto, 2012a, 2012b).

Nas últimas décadas do século XVII, são descobertas as primeiras jazidas de ouro no interior das Gerais. Inicia-se o ciclo do ouro (1670-1770), começando pelo espalhamento da população pelo território (movimento migratório Nordeste-Sul) em busca do ouro de superfície, além do surto de migração estrangeira. É neste período que começa a primeira mudança com relação ao ciclo anterior, o escravo agora tinha uma maior liberdade para criar parcerias com o seu senhor, podendo, então, comprar a sua alforria – gerando certa mobilidade social.

Dentre as mudanças vindas com o ciclo do ouro estão: Início do mercado consumidor; Criação da possibilidade de mobilidade social; a Capital do País muda de Salvador para o Rio de Janeiro (importante pelo escoamento da produção); e um pouco da economia de subsistência é perdida. Na medida em que as jazidas de ouro começam a se esgotar, e se faz marcante na Europa a Revolução Industrial, estimulando ainda mais o aumento da renda na Europa, aumenta-se a demanda por algodão e açúcar no continente europeu, vindo então o chamado renascimento agrícola nos séculos XVIII e XIX (aumentando, desta forma, a exportação brasileira de algodão, açúcar, arroz, etc.). Neste momento, são introduzidas as primeiras plantações de café, que, posteriormente, vingaria no ciclo do café no Brasil.

Desde suas primeiras plantações no início do século XVIII, o café foi ganhando cada vez mais força e participação dentro do mercado brasileiro. Em 1820, o café compunha cerca de 16% da pauta de exportação brasileira; e entre 1875 e 1880 essa participação aumenta para 61% em média (Gráfico 1), ganhando importância incrível no século 19. Este aumento de produção e de importância se deu principalmente por conta do aumento da população mundial, que impulsionou o aumento da demanda por este produto, além também do aumento da renda europeia.



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Juntamente à ascensão do café como um dos produtos mais importantes na pauta de exportação brasileira, a estrutura da economia do país de certa forma se altera, se enquadrando nos moldes capitalistas com o surgimento dos primeiros focos industriais. A proibição do tráfico negreiro em 1850 pode se caracterizar como um dos principais marcos na transição das fases, uma vez que altera a estrutura antes montada no país.

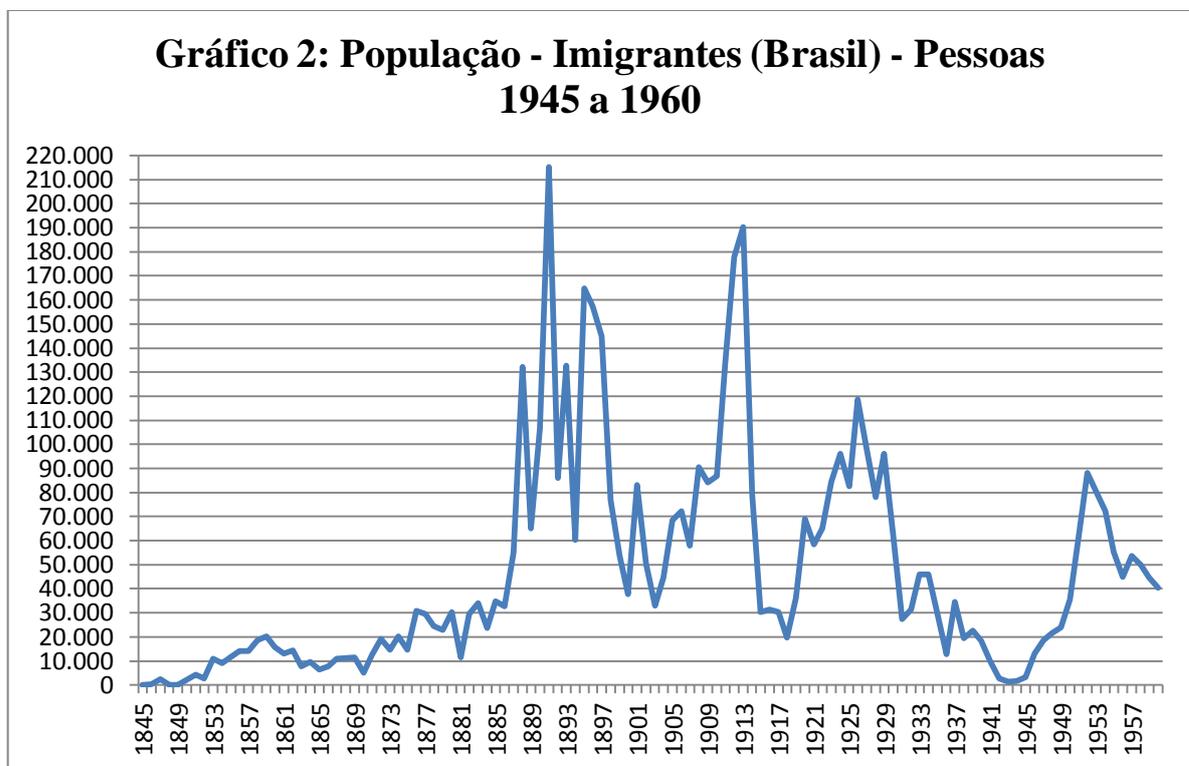
### 3.2. Pré-condições para o Arranco

É no ciclo do café acompanhado com o surgimento dos primeiros focos industriais a partir de 1850 que as condições de saída do Brasil da etapa de sociedade tradicional para a segunda etapa de pré-condições para o arranco se dão de maneira mais destacada, principalmente dentro da transição do Vale do Paraíba no Rio de Janeiro para o Oeste Paulista. Há mudança no modo de produção do sistema, inclusive com a proibição do tráfico negreiro em 1850, e a abolição da escravatura em 1888 e o crescimento da mão de obra assalariada, além da Proclamação da República em 1889; fatos estes que marcam o fim da fase da sociedade tradicional.

Diante deste contexto, a nova geração do café (Oeste Paulista) começa o processo produtivo de forma diferente, sem ser totalmente escravocrata, gerando não só uma aceleração no fluxo de renda brasileiro com o aumento da produção cafeeira, mas também um surto de imigração que influenciou cada vez mais no aumento do mercado interno. Mantém-se a monocultura, o

latifúndio, e a produção voltada para o mercado externo; no entanto, acrescenta-se a mão de obra imigrante, assalariada, conforme mostra o Gráfico 2 em que há um surto de imigrantes evidente entre os anos de 1887 (saindo de uma média de 15.450 imigrantes entre 1845 e 1887, indo para 87.600 imigrantes em média entre 1888 e 1929), que vai demandar bens que serão supridos pelo mercado externo, mas também pelo mercado interno.

Constituiu-se então o mercado consumidor, surgindo um modo de produção capitalista no Brasil, com demandas cada vez mais contínuas e crescentes por produtos fabris nacionais (Luz 1975; Furtado, 2007).



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA.

Os primeiros focos industriais no Brasil estavam em ramos da indústria leve, pouco complexa e pautada principalmente na mão de obra e não em capital. Dentre essas primeiras empresas industriais estavam a produção de bens de consumo não duráveis, como calçados, alimentos, tecidos e refinarias de açúcar, por exemplo, advindas a partir de importadores, exportadores de café, barões do café e estrangeiros.

Em termos de infraestrutura, há um notável desenvolvimento do sistema ferroviário que visava principalmente o escoamento do café para o porto de Santos. Enquanto havia, em 1854, somente 15km de ferrovias; em 1904, passa-se a existir mais de 16 mil km de extensão da rede ferroviária, conforme a Tabela 1. Resumindo, desta forma, um escoamento mais

eficaz; uma produção advinda em terras mais produtivas; e um novo modo produtivo capitalista, com uma classe com objetivos comerciais mais explícitos, mais inovadora.

**Tabela 1: Transporte ferroviário - extensão da rede  
- linhas principais e ramais - Km**

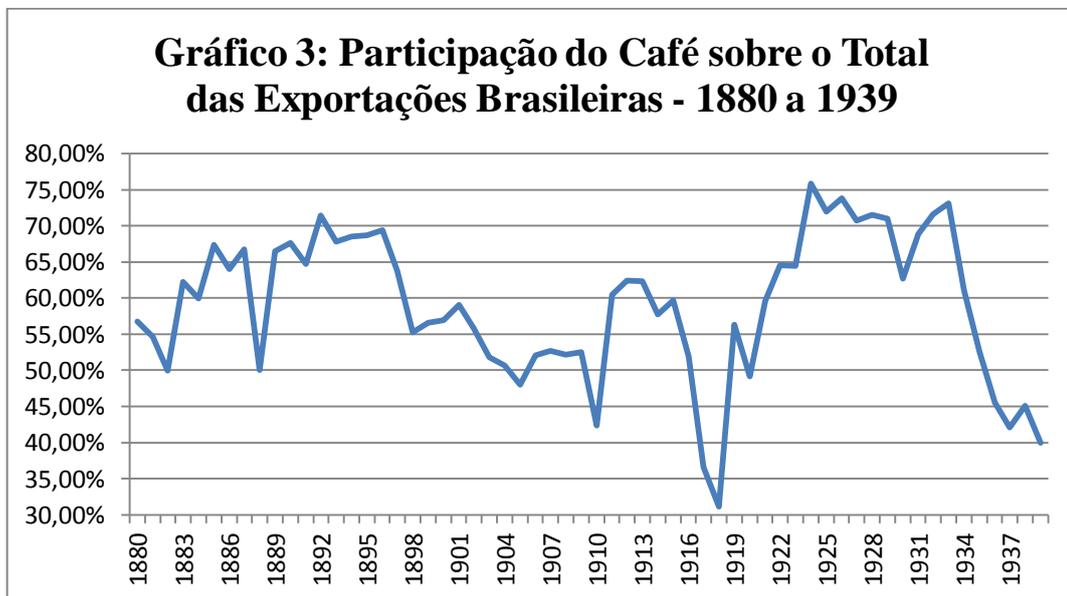
| <u>Data</u> | <u>Km</u> | <u>Data</u> | <u>Km</u> | <u>Data</u> | <u>Km</u> |
|-------------|-----------|-------------|-----------|-------------|-----------|
| 1854        | 15        | 1888        | 9.321     | 1922        | 29.341    |
| 1856        | 16        | 1890        | 9.973     | 1924        | 30.306    |
| 1858        | 109       | 1892        | 11.316    | 1926        | 31.333    |
| 1860        | 223       | 1894        | 12.260    | 1928        | 31.851    |
| 1862        | 259       | 1896        | 13.577    | 1930        | 32.478    |
| 1864        | 474       | 1898        | 14.664    | 1932        | 32.973    |
| 1866        | 513       | 1900        | 15.316    | 1934        | 33.106    |
| 1868        | 718       | 1902        | 15.680    | 1936        | 33.521    |
| 1870        | 745       | 1904        | 16.306    | 1938        | 34.207    |
| 1872        | 932       | 1906        | 17.243    | 1940        | 34.252    |
| 1874        | 1.284     | 1908        | 18.633    | 1942        | 34.438    |
| 1876        | 2.122     | 1910        | 21.326    | 1944        | 35.163    |
| 1878        | 2.709     | 1912        | 23.491    | 1946        | 35.335    |
| 1880        | 3.398     | 1914        | 26.062    | 1948        | 35.622    |
| 1882        | 4.464     | 1916        | 27.015    | 1950        | 36.681    |
| 1884        | 6.302     | 1918        | 27.706    | 1952        | 37.019    |
| 1886        | 7.586     | 1920        | 28.535    | 1954        | 37.190    |

Fonte: Agência Nacional de Transportes Terrestres, Anuário Estatístico dos Transportes Terrestres (ANTT/AETT) *In*: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

O início da indústria no país veio acompanhado do efeito renda do setor cafeeiro, que foi responsável pela compra de produtos industriais essenciais de maneira a dar suporte a esta indústria nascente, uma vez que não havia política industrial por parte do Governo até meados do ano de 1902 (Suzigan, 1988). Entretanto, desde a última década do século XIX até a primeira do século XX este mesmo setor que tinha grande participação na renda nacional começa a passar por dificuldades juntamente à queda do seu preço internacional (Furtado, 2007; Cano, 1977). Houve uma saturação da demanda no fim do século XIX, além de uma sobre-reação da oferta por conta do aumento de mão de obra, principalmente imigrante<sup>1</sup>.

<sup>1</sup>Nos últimos vinte anos do século XIX, houve entrada de mais de 1.500.000 imigrantes no território brasileiro (Gráfico 2).

A participação do café na pauta exportadora passa de 65% em média na última década do século XIX para 52% na primeira década do século XX, chegando a quase 30% no período do fim da Primeira Guerra Mundial, conforme mostra o Gráfico 3. Além disso, parte da renda das exportações que vinham do setor cafeeiro era utilizada para comprar bens que favoreciam a indústria, deixando com que a ela conseguisse suprir parte do consumo interno já em 1919. Outro fator facilitador do processo de desenvolvimento da época foi o crescimento da capacidade de energia elétrica (Villela e Suzigan, 1973), estimulando o crescimento industrial. Além disso, a classe empresarial mais agressiva, que surgia juntamente com o crescimento industrial, fazia com que a produção visasse o lucro, com maior produtividade, e também cuidava do financiamento, prestando atenção à mão de obra a ser contratada.



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)..

Do lado da oferta de café, a entrada massiva de imigrantes principalmente nos anos de 1885 e 1930, conforme o Gráfico 2, trouxe uma mão de obra mais produtiva que se tornou abundante dentro do país; além de já haver no Brasil a abundância de terras férteis para produção, e outros fatores facilitadores, como facilidade creditícia, e a expansão da infraestrutura com o aumento da malha ferroviária, visando o escoamento da produção, todos estes fatores influenciando na criação de pré-condições para o arranco econômico brasileiro.

Devido esta situação de oferta do café em expansão e demanda saturada, o Estado de São Paulo fez a primeira medida para a defesa na queda do preço do café em 1902, marcando o século das intervenções estatais que seria o século XX. Acaba o livre mercado no setor cafeeiro, e isto só é possível dado o tamanho e a magnitude da produção de café no Brasil

com relação ao resto do mundo. Ao mesmo tempo em que o governo começa a fazer políticas para auxiliar o setor cafeeiro, essas políticas também ajudavam a proteger a indústria nascente como efeito secundário. Políticas como desvalorização cambial contribuíam para exportar café, e, ao mesmo tempo, encarecia os produtos importados. As tarifas de importações também acabavam por proteger a indústria (Suzigan, 1988).

O período da Primeira Guerra Mundial (1914-1917) foi um período de grandes dificuldades para importação, dadas as dificuldades de logística e a falta de produtos no mercado por conta da guerra. Por consequência, foi um período próspero para a indústria brasileira, uma vez que houve aumento da demanda por produtos produzidos internamente, começando o processo de substituição de importações que permaneceu como modelo vigente até o ano de 1980. Com isso, apesar de ser período de guerra e crise mundial, o PIB brasileiro manteve crescimento, conforme Tabela 2.

**Tabela 2: Variação Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil (1914-1917)**

| 1914   | 1915  | 1916  | 1917  |
|--------|-------|-------|-------|
| -1,25% | 0,32% | 0,95% | 9,40% |

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

Durante quase todo o período da Primeira Guerra, a indústria se favoreceu do crescimento da produção, já garantindo alguns efeitos positivos, dentre eles: maior diversificação industrial, com auxílio do Governo para setores específicos: alimentos (32,9%), têxtil (27%), roupas e calçados (8,2%), química e farmácia (15,7%), bebidas (4,7%), fumo (3,6%), metalurgia (3,4%), minerais não metálicos (2,7%), couros e peles (2,5%) mobiliário (1,4%), edição e serviços (0,8%) capazes de influenciarem outros setores. O Estado de São Paulo aparece como centro industrial brasileiro com 4.145 indústrias e 83.998 operários; em todo o país, existiam 13.366 fábricas e 275.912 operários. Além disso, o país contava com 110 usinas hidroelétricas, e a fábrica de aviões de Henrique Lage inicia suas atividades (Heilbron e Barbosa, 2007 e 2008).

A década de 20 foi um período de respeitável atividade de investimento, marcando um processo de diversificação na produção manufatureira entre o final da Primeira Guerra e o ano de 1930 (Tabela 4). Entre os produtos que passaram a ser fabricados podem ser citados: ferro gusa, cimento, ferramentas elétricas, motores elétricos, máquinas têxteis, equipamentos para refino de açúcar, implementos agrícolas, aparelhos de gás, relógios e instrumentos de medição. Como resultado, no final da década, o setor apresentava uma importante capacidade

produtiva ociosa, o que possibilitou o crescimento da produção no início dos anos 30 (Versiani, 1984, 1990).

Conforme destacado por Cano (2012), já não se tratava apenas de uma indústria de bens de consumo não duráveis, mas também de uma indústria de utensílios duráveis, insumos industriais e bens de capital. Entre 1918-1923 e 1927-1928, houve aumento da produção industrial, inclusive crescimento do PIB (Tabela 3), enquanto o período de 1923-1926 foi um período que favoreceu a importação de maquinaria e insumos para a produção, aumentando, desta forma, a capacidade produtiva. Por ter havido esses dois tipos de momentos diferentes no intervalo de uma década, a indústria brasileira se fortaleceu ao ponto de na década de 30 ser o setor mais dinâmico e que mais crescia no país.

**Tabela 3: Variação Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil (1920-1930)**

| 1920   | 1921  | 1922  | 1923  | 1924  | 1925  | 1926  | 1927   | 1928   | 1929  | 1930   |
|--------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|--------|--------|-------|--------|
| 12,47% | 1,90% | 7,80% | 8,60% | 1,40% | 0,00% | 5,20% | 10,80% | 11,50% | 1,10% | -2,10% |

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

**Tabela 4: Brasil: produção da indústria de transformação, por setores - 1924-1930 (Índice: 1924=100)**

| Ano         | Tecidos | Alimentos | Bebidas | Calçados | Chapéus | Química | Fumo | Gráfica | Moveleira | Siderurgia | Manufaturados Total |
|-------------|---------|-----------|---------|----------|---------|---------|------|---------|-----------|------------|---------------------|
| <b>1924</b> | 100     | 100       | 100     | 100      | 100     | 100     | 100  | 100     | 100       | 100        | 100                 |
| <b>1925</b> | 92      | 99        | 101     | 99       | 94      | 100     | 131  | 122     | 119       | 133        | 100                 |
| <b>1926</b> | 92      | 106       | 108     | 93       | 76      | 163     | 104  | 92      | 119       | 271        | 102                 |
| <b>1927</b> | 111     | 108       | 115     | 109      | 108     | 185     | 132  | 77      | 131       | 254        | 113                 |
| <b>1928</b> | 116     | 114       | 121     | 116      | 135     | 198     | 150  | 90      | 135       | 208        | 121                 |
| <b>1929</b> | 92      | 119       | 125     | 135      | 118     | 222     | 156  | 103     | 115       | 250        | 118                 |
| <b>1930</b> | 89      | 129       | 104     | 99       | 63      | 157     | 141  | 95      | 85        | 221        | 110                 |

Fonte: Reproduzido de Versiani (1984).

A partir da década de 30, torna-se clara a importância do papel do Estado no processo de industrialização brasileiro, tornando evidente o uso de políticas voltadas para o setor. A partir de então, sendo criada a base para o arranco da indústria brasileira, Suzigan e Furtado (2006) dão enfoque à acelerada industrialização brasileira no período pós-guerra até o fim da década de 70 por conta das políticas industriais que foram implementadas no período, mais especificamente duas delas como sendo de maior importância: o Plano de Metas (1957-1960) do governo de Kubitschek e a implementação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979) no governo do general Ernesto Geisel (Mantega, 1997).

A consolidação da indústria no país estava estruturada em torno de uma conhecida tríade: Estado, capital estrangeiro e capital nacional. O Estado sendo o responsável pelo fornecimento de infraestrutura e com papel muito importante na indústria de base; o capital estrangeiro com papel fundamental nas indústrias mais dinâmicas; e o capital nacional levando consigo as indústrias tradicionais e os segmentos da indústria mais dinâmica. Rostow ainda aponta que as instituições acabam por obter papel fundamental na base da política industrial e também na organização da sociedade de forma a unificar os mercados, além de ser responsável por um sistema de tributação e fiscal que aloque cada vez mais recursos para empregos modernos, para a educação e para a saúde pública, condições a serem superadas durante o período de pré-arranco (Rostow, 1960).

Ainda sobre a estruturação da indústria, Bielshowsky (2012) desenvolve uma estratégia de desenvolvimento baseada nas ideias de existência de três frentes de expansão (consumo de massa, recursos naturais e infraestrutura), e adiciona à essa estratégia dois fatores “turbinadores” (inovação tecnológica e encadeamentos produtivos tradicionais) de relevância para potencializar os efeitos desses motores. Além do que foi proposto pelo autor, ele adiciona que ainda há outros elementos críticos de qualquer processo de desenvolvimento como educação, políticas sociais, reformas institucionais, etc.

No que se refere aos fatores “turbinadores”, tanto o processo de inovação quando os investimentos nos encadeamentos produtivos tradicionais são pontos chave para o desenvolvimento econômico de um país, e quando aplicados ao setor industrial, seus efeitos são ainda mais multiplicadores. A importância do setor industrial é amplamente reconhecida na literatura econômica, podendo ser considerada tanto como motor de crescimento de longo prazo, quanto difusor de novas tecnologias, pela acumulação de fatores de produção.

Com a entrada de Getúlio Vargas no governo, o Estado assume um papel principal no processo de condução do desenvolvimento, com viés mais nacionalista e trabalhista, se encaixando no período pós-crise de dificuldades de financiamento estrangeiro que vinha passando o país. O governo passa, então, a assumir um papel financiador e de maior presença no que diz respeito às políticas industriais (Bastos, 2006; Bastos e Fonseca, 2012; Fonseca, 2012; e Fausto, 2012).

O ano de 1932 é um ano marcante, pois é quando o setor industrial passa a crescer mais que o setor agrícola, e, já em meados dos anos 1940, a participação relativa da produção industrial no PIB ultrapassa a da agricultura (Bonelli, 2003; e Kume e Piani, 2012), evidenciando uma

estrutura cada vez mais preparada para a concretização do arranco da economia brasileira que viria acontecer a partir de 1954.

O período de 1930-1931, por ser exatamente dos anos que seguiram a crise de 1929, foi um período em que a indústria se manteve estagnada; no entanto, a partir de 1932, retoma-se o crescimento da economia brasileira, registrando crescimento médio no período de 1930 a 1945 de 4% em média conforme Tabela 5; principalmente puxado pelo crescimento do setor industrial, que cresceu em média 7,2% entre 1931 e 1945, conforme Tabela 6. Isso acontece por conta da maior diversificação industrial que a indústria brasileira obteve com a 1ª Guerra Mundial, diversificação esta aprofundada na década de 1920; também por conta da capacidade ociosa criada na década anterior; e por conta de políticas governamentais prioritárias de gerar saldos positivos na Balança Comercial (controle de importações e melhora das exportações): racionamento de divisas, aumento das tarifas alfandegárias das importações e desvalorização cambial.

**Tabela 5: Variação Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil (1930-1945)**

| 1930   | 1931   | 1932   | 1933  | 1934   | 1935  | 1936   | 1937  |
|--------|--------|--------|-------|--------|-------|--------|-------|
| -2,10% | -3,30% | 4,30%  | 8,90% | 9,20%  | 3,00% | 12,10% | 4,60% |
| 1938   | 1939   | 1940   | 1941  | 1942   | 1943  | 1944   | 1945  |
| 4,50%  | 2,50%  | -1,00% | 4,90% | -2,70% | 8,50% | 7,60%  | 3,20% |

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

**Tabela 6: PIB - indústria - var. real anual (% a.a.) (1930 a 1945)**

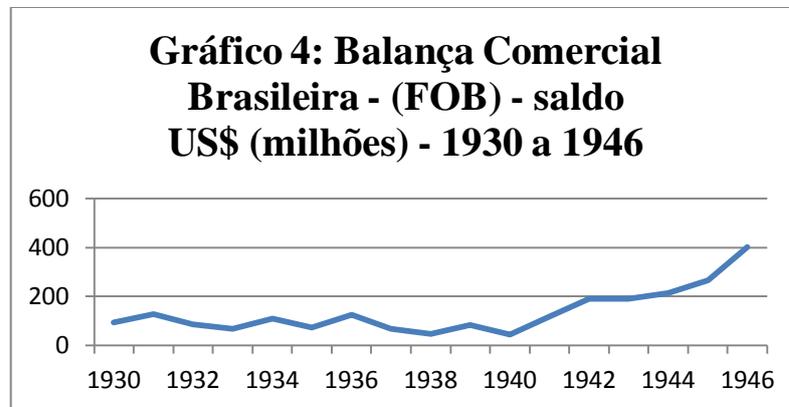
| 1930          | 1931  | 1932   | 1933   | 1934   | 1935   | 1936   | 1937  |
|---------------|-------|--------|--------|--------|--------|--------|-------|
| <b>-6,70%</b> | 1,20% | 1,40%  | 11,70% | 11,10% | 11,90% | 17,20% | 5,40% |
| 1938          | 1939  | 1940   | 1941   | 1942   | 1943   | 1944   | 1945  |
| <b>3,70%</b>  | 9,30% | -2,70% | 6,40%  | 1,40%  | 13,50% | 10,70% | 5,50% |

Fonte: Outras fontes, inclusive compilação de vários autores

In: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Ainda dentro deste período, o mundo passou ainda pela Segunda Guerra Mundial (1939 a 1945), que resultou ao Brasil um aumento no preço das exportações e uma diminuição nas importações, favorecendo ainda mais a Balança Comercial, como evidenciado no Gráfico 10. O Brasil acha mercados importantes para preencher as lacunas dos países em guerra, conseguindo, assim, aumentar a sua produção industrial para suprir tanto a demanda interna

quanto a demanda externa, passando de um saldo na balança comercial de US\$94 milhões em 1930 para US\$401 milhões em 1946.



Fonte: Banco Central do Brasil, Boletim, Seção Balanço de Pagamentos (BCB Boletim/BP) *In*: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

O resultado da Segunda Guerra para o Brasil foi grande acúmulo de divisas, gerado pelo saldo da Balança Comercial; no entanto, houve também obsolescência dos bens de capital, uma vez que a compra de maquinaria importada estava bastante encarecida em meio à guerra; e aumento da inflação. Entretanto, como resultados gerais do período do primeiro governo Vargas, a indústria se tornou o setor mais dinâmico da economia, tendo ainda grande diversificação dos seus produtos, sem falar do aumento do volume da produção e de São Paulo se marcar como pólo industrial (Bonelli, 2003; Kume e Piani, 2012; Abreu, 2013).

Sobre os serviços de infraestrutura, estes caracterizados como sendo um conjunto de ativos-base essencial para o desenvolvimento da atividade econômica (Sánchez, 2010; Costa Nery, 2011 *in* Dávila-Fernández, forthcoming), eles são capazes de reduzir a razão espaço/tempo, reduzindo as distâncias econômicas e gerando externalidades positivas consideráveis em diversos setores da economia e diminuindo as negativas. O aumento no investimento em infraestrutura, principalmente de transporte é um dos fatores fundamentais para o desenvolvimento da atividade econômica, pois gera externalidades tanto para o setor privado quando para a economia como um todo, e, além das externalidades, esse tipo de investimento movimenta grande quantidade de emprego e de recursos na economia.

Eurico Gaspar Dutra venceu as eleições em dezembro de 1945 e assumiu em janeiro de 1946, num clima de maior liberdade. O primeiro período do seu governo (fim de 1946 até julho de 1947) foi um período de política liberal; mas a partir de julho de 1947 até 1950 ele percebeu a necessidade de mudança na política vigente, levando esta a ser mais restritiva para combater o

efeito negativo sobre a indústria, dado o aumento das importações no primeiro período de seu governo (conforme no Gráfico 10).

A atuação do governo nas políticas de crescimento e de defesa à indústria, setor chave da economia brasileira, é marcada no governo Dutra pela tentativa de implementação do plano SALTE (saúde, alimentação, transporte e energia), primeira ação, embora primitiva, de planejamento estratégico no terreno econômico do governo brasileiro, visando resolver alguns fatores estruturais importantes ao crescimento. No entanto, o plano só seria aprovado pelo congresso em 1950, ao final do governo, sendo abandonada no governo seguinte, mesmo já estando claro o diagnóstico dos fatores de entrave da economia. Dele resultaram algumas rodovias e o início da construção da hidroelétrica de Paulo Afonso, que começaria a operar em 1954 (Abreu, 2013).

O desempenho da economia do governo Dutra (Tabela 7) foi satisfatório, havendo o PIB crescido a uma taxa média anual de 7,6%, com a indústria se expandindo mais de 11,5% em contraste com o 4,4% da agricultura (Abreu, 2013).

**Tabela 7: Taxa de Variação Anual do Produto Interno Bruto, Produtos Industrial e Agrícola no governo Dutra – 1946 a 1950**

| <b>Taxa de Variação Anual</b>      | <b>1946</b> | <b>1947</b> | <b>1948</b> | <b>1949</b> | <b>1950</b> | <b>Média</b> |
|------------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|--------------|
| <b>Produto Interno Bruto (PIB)</b> | 11,60%      | 2,40%       | 9,70%       | 7,70%       | 6,80%       | 7,64%        |
| <b>Produto Industrial</b>          | 18,50%      | 3,30%       | 12,30%      | 11%         | 12,70%      | 11,56%       |
| <b>Produto Agrícola</b>            | 8,40%       | 0,80%       | 6,90%       | 4,50%       | 1,50%       | 4,42%        |

Fonte: Abreu, 2014, Anexo Estatístico (1889 – 2010), *A Ordem do Progresso*.

Após o governo Dutra, Getúlio Vargas entra novamente na presidência agora em seu segundo governo com ainda mais importantes contribuições para o desenvolvimento econômico do país, criando empresas importantes financiadas pelo Estado, ressaltando-se o importante papel do desenvolvimento das instituições no processo de alavancagem da economia brasileira. Ao tomar posse em janeiro de 1951, o presidente anunciou o plano quinquenal de investimento da indústria de base, transporte e energia. Neste plano, estava prevista a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) – mais tarde, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)-, que foi decisivo para o processo de industrialização do país. Em outubro de 1953, Getúlio Vargas sanciona a lei 2004, criando a Petrobrás, empresa que se torna uma das maiores empresas de prospecção e refino de petróleo do mundo (Heilbron e Barbosa, 2007 e 2008).

Rostow evidencia na sua análise a importância da periodização, deixando clara a necessidade de haver 25 anos na fase de arranco da economia para que este seja diagnosticado como sendo uma fase vivenciada pelo país, e não como fazendo parte ainda de um preparo para a alavancagem como é a fase de pré-condições para o arranco. Superadas as dificuldades econômicas para o avanço do desenvolvimento e crescimento econômico do país, e efetuada a transição de uma mudança radical no processo de desenvolvimento, acompanhado de uma elevação da taxa de investimento e do estoque de capital per capita, a economia passa para a fase seguinte da sua teoria (mais conhecida como decolagem) que será tratada no tópico seguinte.

### 3.3. Decolagem

Levando em consideração que os principais surtos industriais se deram durante o governo de Vargas, logo após a o desencadeamento da crise de 29 e toda a década de 1920 como preparo concreto para a decolagem, Rostow delimita que seriam necessários 25 anos para que houvesse a identificação do arranco da economia. Por analogia, a decolagem começaria de fato a partir de 1954, período em que o presidente Café Filho assume o governo.

Após a morte de Getúlio Vargas em agosto de 1954, seu vice, Café Filho, assume a presidência, permanecendo até dezembro de 1955. Uma das suas maiores contribuições foi a Instrução 113 da Sumoc, pela desburocratização da entrada do capital estrangeiro direto no país, no intuito de facilitar a um custo menor a inovação tecnológica (Abreu, 2013; Pinho Neto, 2014).

Em janeiro de 1956, Juscelino Kubitschek assumiu a presidência da república, utilizando o slogan “50 anos em 5” e criou importantes planos e políticas que contribuíram fortemente para o desenvolvimento do país. O período do seu governo é considerado como os anos dourados da economia, em que ela cresceu em média 8,1% ao ano (Tabela 8), além do crescimento do PIB per capita de 5,1% a.a. em média (Tabela 9) (Orenstein e Sochaczewski, 2014; Villela, 2011; e Fausto, 2012a, 2012b).

**Tabela 8: Variação Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil (1956-1960)**

| 1956  | 1957  | 1958   | 1959  | 1960  |
|-------|-------|--------|-------|-------|
| 2,90% | 7,70% | 10,80% | 9,80% | 9,40% |

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

**Tabela 9: Crescimento do Produto Interno Bruto per capita do Brasil (1956-1960)**

| 1956  | 1957  | 1958  | 1959  | 1960  |
|-------|-------|-------|-------|-------|
| 5,15% | 5,87% | 5,20% | 5,13% | 4,39% |

Fonte: Bolt & van Zanden (2014).

Além dos principais planos lançados em seu governo como o Plano de Metas, o Plano de Estabilização Monetária e a Reforma Cambial, são lançadas leis complementares, como a Lei de Tarifas e a Lei do Similar Nacional no intuito de promoção e defesa à indústria do país. Até 1956/57, a política industrial era pautada na política cambial. A partir do governo JK, ela continua ativa, mas agora complementar às outras políticas governamentais.

Um dos principais planos lançados no governo de JK foi o Plano de Estabilização Monetária na tentativa de ser um programa ortodoxo para se enquadrar nas exigências do FMI no que se refere principalmente às contas externas (dívida), controle da moeda, do crédito, das finanças públicas, e do balanço de pagamentos. No entanto, o presidente não levou a diante tamanhas exigências e optou por prosseguir, em junho de 1959, com seu programa desenvolvimentista, rompendo, assim, com o FMI (Orenstein e Sochaczewski, 2014).

O principal e mais conhecido plano desse governo foi o Plano de Metas. A concepção do plano vinha há pelo menos 10 anos antes, desde o plano SALTE, da comissão Mista Brasil-Estados Unidos e da criação do BNDES. Seu slogan “50 anos em 5” tinha dentre todos os objetivos o de aprofundar o processo de substituição de importações, diminuir a dependência de insumos e bens de capital importáveis, além de incentivar o crescimento massivo em bens de consumo duráveis, intermediários e de capital e do investimento em transporte e energia (Villela, 2011).

Todo o planejamento em torno desses objetivos vinha por parte da atuação do Estado. Originalmente, existiam 29 metas apoiadas em 5 pilares: Energia, com ênfase na energia hidroelétrica; Transporte, com a construção e pavimentação de rodovias; Indústria de Base, Alimentação, evitando aumento de preços dos alimentos e aumentando a produtividade da produção; e Educação. Uma meta indireta seria a diminuição das desigualdades regionais, trazendo a capital para o centro do país, em que a construção de Brasília viria como uma meta não previamente estabelecida (Orenstein e Sochaczewski, 2014; Villela, 2011).

Os resultados referentes às metas específicas são apresentados na Tabela 10. Como pode ser observado, embora alguns resultados estejam abaixo do previsto, a maioria das metas atingiu

altas percentagens de realização em relação à sua previsão, e mesmo as que não foram atingidas também foram consideradas como resultado bem-sucedido do plano. O mesmo ocorreu com as demais metas secundárias ou não específicas, em especial a rápida substituição de equipamentos mecânicos e elétricos (Orenstein e Sochaczewski, 2014).

Tabela 10: Metas Específicas do Plano de Metas (Previsão/ Realização)

| ITENS/SETORES                              | PREVISÃO | REALIZADO | REALIZAÇÃO (%) |
|--------------------------------------------|----------|-----------|----------------|
| <b>Energia Elétrica (1.000 kW)</b>         | 2.000    | 1.650     | 82             |
| <b>Carvão (1.000 t)</b>                    | 1.000    | 230       | 23             |
| <b>Petróleo (1.000 barris/dia)</b>         | 96       | 75        | 76             |
| <b>Petróleo Refino (1.000 barris/dia)</b>  | 200      | 52        | 26             |
| <b>Ferrovias(1.000 Km)</b>                 | 3        | 1         | 32             |
| <b>Construção Rodovias (1.000 Km)</b>      | 13       | 17        | 138            |
| <b>Pavimentação de Rodovias (1.000 km)</b> | 5        | 10,2      | 204            |
| <b>Aço (1.000 t)</b>                       | 1.100    | 650       | 60             |
| <b>Cimento (1.000 t)</b>                   | 2.300    | 2.277     | 99             |
| <b>Carros e Caminhões (1.000 unidades)</b> | 170      | 133       | 78             |
| <b>Nacionalização (carros) (%)</b>         | 90       | 75        |                |
| <b>Nacionalização (caminhões) (%)</b>      | 95       | 74        |                |

Reproduzida de Orenstein e Sochaczewski (2014).

Plano de Metas trouxe avanços bastante satisfatórios, e dentre as principais heranças do período do governo JK de 1956 até 1960 estão: crescimento do PIB de 8,1% a.a., em média; aumento de 5,1% a.a. em média do PIB per capita; aumento dos investimentos em setores importantes; mudança qualitativa da indústria (bens de consumo duráveis); aumento da produção de bens de capital e bens intermediários, juntamente com a diminuição da importação desses; criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE); construção de Brasília; aprofundamento do processo de substituição de importações; crescimento da indústria de transformação e da indústria de base; efeitos positivos de encadeamento desses novos setores, principalmente com relação ao financiamento externo (Villela, 2011).

Dentre as heranças negativas está o aumento dos preços internos (Tabela 11)– inflação de demanda – que veio dos investimentos e do aumento das contratações; aumento do endividamento externo; além do rompimento com o FMI, apesar da necessidade de financiamento estrangeiro (Villela, 2011). Com relação ao financiamento, a principal fonte era o capital estrangeiro dos países recuperados da guerra. Em segundo lugar vinha o capital nacional estatal, provindo da arrecadação, impostos e tarifas, além das receitas com os leilões de câmbio, emissão monetária, e crédito do Banco do Brasil e do BNDE. E em terceiro lugar o financiamento pelo capital privado.

**Tabela 11: Inflação Brasil - IPC (FIPE) - (% a.a.)  
1956 a 1960**

| 1956   | 1957   | 1958   | 1959   | 1960   |
|--------|--------|--------|--------|--------|
| 26,46% | 13,74% | 22,60% | 42,70% | 32,20% |

Fonte: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe)

Juscelino sai bem sucedido do governo e em 1960 são feitas novas eleições e Jânio Quadros assume a presidência. Entre o final de janeiro de 1961 e 31 de março de 1964, o Brasil vivenciou um período de singular turbulência na política, assistiu à única experiência parlamentarista da era republicana, teve três presidentes, cinco chefes de governo e seis ministros da Fazenda. A rotação no comando da política econômica contribuiu para a perda progressiva do controle sobre a inflação e outras variáveis macroeconômicas (Mesquita, 2014).

Quando Jânio Quadros assume o governo o país se encontrava numa situação de elevada dívida, mas também com elevado crescimento do PIB (crescimento de 8,1% em média entre 1956 e 1960), proporcionando também aumento da capacidade de pagamento. Então, até aí a dívida externa não era um problema. Além disso, a inflação se acelerava com o aumento dos investimentos, gerando aumento de capital agregado, crescimento do PIB e por consequência aumento da demanda agregada.

O setor externo vinha passando por certo estrangulamento (olhar Gráfico 10), uma vez que o câmbio permanecia valorizado e as exportações desfavorecidas; e a dependência do capital estrangeiro era grande para fechar o balanço de pagamentos.

Diante de tal cenário, o governo de Jânio Quadros, mesmo tendo renunciado oficialmente sete meses após sua entrada foi bastante eficiente. Dentre seus maiores feitos no governo está a

renegociação da dívida externa e uma retomada com o FMI, dada a necessidade do país por capital externo. Além disso, ele lançou a Política Externa Independente (PEI), política mantida por João Goulart, em que há uma retomada de relações com a União Soviética e aproximação a Cuba (Priori e Venâncio, 2010 e Mesquita, 2014).

A terceira principal ação do presidente foi a Reforma Cambial (Instrução 204 da SUMOC), em 1961 com o objetivo de tentar manter o câmbio mais desvalorizado para diminuir o estrangulamento do setor externo para lidar com a estagnação das exportações; e também com o objetivo de unificar o mercado cambial gradualmente para o câmbio de mercado livre, mais desvalorizado – mantido por João Goulart e os militares (1961-1979) (Mesquita, 2014).

Dentre as principais insatisfações com este governo estavam a política de austeridade que ele tentou implementar para conter a inflação; a reforma cambial, que eliminava vários subsídios em diversos setores industriais; além de ter sido acusado de comunista. Neste quadro político, Jânio Quadros renuncia, e João Goulart assume no dia 7 de setembro, apesar da campanha dos militares para que ele não tomasse posse e toda a conturbação política da época vinda do período do Jânio Quadros.

O Brasil encontrava-se num entrave em termo de política econômica, com estagnação de crescimento e inflação presente. A maior tentativa de colocar a economia de volta no crescimento pelo presidente João Goulart foi de colocar em prática o Plano Trienal, elaborado pelo economista Celso Furtado que então tinha assumido pela primeira vez no país o Ministério do Planejamento. O plano procurava responder ao quadro de deterioração externa e à aceleração inflacionária e tinha intenção de aproximar o governo dos segmentos da classe média e da classe empresarial, ampliando sua base de apoio com vista a viabilizar a aprovação das reformas de base pelo congresso.

Contudo, a falta de apoio político e a deterioração do quadro econômico levaram ao abandono do Plano Trienal, contribuindo para o rápido enfraquecimento do governo nos meses finais de 1963 e 1964, reduzindo o crescimento do PIB de 8,6% em 1961 para 0,6% em 1963 e 3,4% em 1964 (Tabela 12), e culminando no Golpe Civil-Militar de 1964. (Mesquita, 2014; e Moreira, 2014).

Além disso, com relação às taxas de crescimento da inflação, elas passaram de 33,2% em 1961 para 83% em 1963 e 90% em 1964, conforme Tabela 13.

**Tabela 12: Variação Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil (1961-1964)**

| 1961  | 1962  | 1963  | 1964  |
|-------|-------|-------|-------|
| 8,60% | 6,60% | 0,60% | 3,40% |

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

**Tabela 13: Inflação Brasil -IPC (FIPE)-(% a.a.) 1961 a 1964**

| 1961   | 1962   | 1963   | 1964   |
|--------|--------|--------|--------|
| 43,51% | 61,73% | 80,53% | 85,60% |

Fonte: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe)

In: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Diante deste cenário econômico e da crise política que vinha se alastrando desde o governo de Jânio Quadros, firma-se no país o Golpe Militar de 1964. Mediante uma eleição indireta, Castelo Branco é eleito como presidente, fazendo parte da chamada Linha Branda dos presidentes que viriam a assumir durante o regime militar. É, então, colocado em prática o Ato Institucional número 1, ditando censura, queda da constituição, lei de greves (proibição de manifestações), dentre outros, com a intenção de mostrar que o poder não seria devolvido aos civis.

No intuito de estabilizar e retomar o crescimento da economia via aumento dos investimentos, além de implementar reformas para sanar gargalos institucionais (mercado de capital pouco desenvolvido, por exemplo), atenuar desequilíbrios regionais, corrigir déficits no balanço de pagamentos e legitimar o poderio militar, o governo lança o Programa de Ação Econômica do Governo – PAEG. Este plano foi fundamental no início do Governo Militar como um preparo para o período que viria a ser chamado posteriormente de “Milagre Econômico” brasileiro.

Com viés ortodoxo (1964-1967), dentre as principais políticas do PAEG estão a Política Fiscal, Política Monetária e de Crédito, Política Cambial, Política para o Setor Externo, Reformas estruturais/institucionais e Política Salarial. Além disso, neste período também foi feito um diagnóstico da inflação da época que foi caracterizado como sendo de demanda, vinda do período do governo de JK por conta do Plano de Metas.

Tanto a política monetária quanto a política fiscal tiveram um caráter contracionista, restritivo. Dentro da política fiscal, se teve a racionalização dos gastos de custeio do governo (gastos menos produtivos), no intuito de diminuição do déficit público – que também é canal

de controle da inflação -, e de aumento de receitas. Além disso, também foi feito uso dos impostos diretos e indiretos.

Até aquele período não havia política salarial explícita. Logo, fez-se uso desta política no intuito de controle da inflação, via controle da demanda agregada, do consumo. Neste período de arrocho salarial, só entre 1964 e 1967, houve-se a perda do poder real de compra dos trabalhadores na ordem de 25,2% (Lago, 1980), causando impacto social e distributivo, o que foi motivo de crítica ao programa. Já a política para o setor externo foi feita basicamente via política cambial no intuito de estimular exportações e corrigir desequilíbrios do balanço de pagamentos, mantendo-se o câmbio mais desvalorizado (Lago, 2014).

Das reformas estruturais/institucionais, este foi um período de grande avanço. Houve a criação: do Banco Central em 1964; do Conselho Monetário Nacional; do Banco Nacional de Habitação e do Sistema Financeiro Habitacional, ambos no intuito de dinamizar o investimento habitacional, abrindo linhas de crédito de médio a longo prazo, incentivando o consumo de bens duráveis e também o investimento; do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em 1966, que foi de certa forma uma maneira de poupança forçada, e também para estimular o mercado de trabalho a não ficar engessado; de incentivos fiscais NE/AM, estimulando investimentos em pesca, cultivos, reflorestamento; do PIS/PASEP, contribuições que ajudaria no pagamento do seguro desemprego; dentre outros.

Como resultado das políticas do PAEG, a inflação teve queda de 85,60% para 25,33% a.a. entre 1964 e 1967 (Tabela 14), concretizando um controle da inflação com crescimento satisfatório, uma vez que houve retomada de crescimento a partir de 1964, conforme mostrado na Tabela 15. Além disso, houve uma melhora qualitativa na sua composição com maior diversificação de manufaturados e semimanufaturados. Outra vitória do programa foi o aumento considerável na entrada de capital estrangeiro de mais de 20%, sem falar nos avanços fundamentais nas reformas institucionais, deixando todos os principais objetivos do plano atingidos (Lago, 2014).

**Tabela 14: Inflação Brasil -IPC (FIPE)-(% a.a.)  
1964 a 1967**

| 1964  | 1965   | 1966   | 1967   |
|-------|--------|--------|--------|
| 85,6% | 41,20% | 46,29% | 25,33% |

Fonte: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) *In*: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

**Tabela 15: Variação Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil (1964-1967)**

| 1963  | 1964  | 1965  | 1966  | 1967  |
|-------|-------|-------|-------|-------|
| 0,60% | 3,40% | 2,40% | 6,70% | 4,20% |

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

Dentre os aspectos negativos e as críticas ao plano está, por exemplo, a crítica de que a inflação mesmo que em 25% ainda estaria alta. Criticou-se que ela poderia ter diminuído ainda mais se as políticas monetárias e de crédito tivessem sido mais rígidas. Além disso, ainda com relação à inflação, foi questionado se o diagnóstico foi mesmo ideal caracterizando a inflação somente como de demanda. Outra grande crítica foi sobre o efeito social e distributivo que foi gerado a partir da política de arrocho salarial, com relação à perda do poder real de compra.

Sobre o investimento em infraestrutura durante o arranco brasileiro, em grande parte, os investimentos são feitos pelo setor público, mas, devido à complementaridade entre o capital público e o capital privado, Mussolini e Teles (2010) verificam que a relação capital público-privado e a produtividade total dos fatores (PTF) se interagem no longo prazo, e fazem uso da razão capital público/capital privado para explicar tal interação.

No que diz respeito ao caso brasileiro, estudos sobre produtividade mostraram que a partir da década de 1970 houve uma reversão na tendência do crescimento da PTF, ao passo em que a razão estoque de capital público/privado apresentou comportamento semelhante. Quanto ao curto prazo, após cinco anos a PTF é positivamente influenciada por um choque nos gastos do governo. No entanto, um choque na PTF não altera a decisão do Estado em aumentar ou diminuir os investimentos, e tal choque tende a se dissipar ao longo do tempo, enquanto um choque nos gastos do governo tem um efeito permanente na economia.

O período subsequente ao PAEG foi o período de 1968 a 1973, também conhecido como sendo o período do “Milagre Econômico” brasileiro. Esses anos também foram caracterizados pelo nome de “anos de chumbo”, uma vez que entra no poder uma linha mais dura do Governo Militar que seria exatamente o governo de Costa e Silva (março 1967 a agosto de 1969) e o governo de Médici (de outubro de 1969 até março de 1974) (Hermann, 2011).

Politicamente, o ano de 1968 foi um ano marcado por diversas manifestações, contribuindo para o lançamento do famoso Ato Institucional número 5 (AI-5). O AI-5 decretou o fim de

qualquer direito civil, e também permitiu a cassação de deputados e senadores contra o Governo Militar, além de ter fechado o Congresso Nacional. Limitou-se o poder do judiciário, e tornou-se ilegal qualquer manifestação de natureza política. Apesar de ter ficado em vigência até 1978, uma das críticas à ditadura brasileira é que foi uma das ditaduras com menor número de mortos em todo o mundo.

Economicamente, dois programas foram lançados: O Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED), um plano trienal (1968, 1969 e 1970); e o Programa de Metas Base e Ação (PMBA). Dentre suas políticas e objetivos estava o controle da inflação, agora com uma mudança de diagnóstico para inflação de custos (residual), uma vez que a inflação de demanda estava controlada. Além disso, ambos os planos tinham como objetivo legitimar o Regime Militar e promover crescimento econômico pela expansão da demanda agregada (consumo, investimento, gasto do governo e exportações), gerando incentivos ao setor privado, estimulando as exportações via diversificação da pauta exportadora (produtos manufaturados), criando empregos, etc (Hermann, 2011).

A meta era fazer a economia crescer. Para isso, as principais políticas lançadas foram: a expansão do crédito para a agricultura, para a exportação, consumo, construção civil e sistema habitacional, em prol do aumento da demanda agregada; subsídio do IPI em termos fiscais; “minidesvalorizações” cambiais no intuito de manter o câmbio num patamar desvalorizado, porém a uma taxa menor num período mais curto, para não gerar grandes impactos na inflação; estímulo à entrada do investimento estrangeiro; investimento governamental em infraestrutura, principalmente, e também estímulo ao investimento em áreas remotas; política expansionista, de aumento do crédito e da liquidez; política fiscal, monetária e de crédito expansionista, desenvolvimentista, etc. (Bonelli e Malan, 1976; e Lago, 2014).

O foco estava agora em utilizar a capacidade ociosa que foi deixada pós-período do governo JK (uma vez que houve crise após este governo), somado a um aumento do investimento, gerando melhorias de infraestrutura, bens de capital, etc. E também por outro lado estava o aumento das exportações, que acabaram por gerar aumento das importações de bens de capital e insumos (bens intermediários), mantendo-se uma balança comercial equilibrada.

Dentre os principais resultados do período do chamado Milagre Econômico (1968 – 1973) estão:

- Crescimento Econômico médio de 11,2% a.a. do PIB;
- Crescimento do PIB per capita, com média de 7,2% a.a.;
- Crescimento da indústria;
- Crescimento do investimento, aumento da Formação Bruta de Capital Fixo (de 16,2% em 1968 para 22% em 1973);
- Crescimento das exportações (mais que triplicaram), acompanhado de diversificação da pauta exportadora, crescimento da exportação de manufaturados;
- Crescimento das importações (insumos, maquinários, matéria prima), o que foi fundamental para que a indústria continuasse crescendo;
- Crescimento da entrada do capital estrangeiro (x5);
- Crescimento da dívida (de forma saudável acompanhada do crescimento do PIB);
- Crescimento das reservas internacionais;
- Melhora no nível de renda da população em termos absolutos;
- Melhora no acesso a eletrodomésticos, saúde, educação, saneamento.

**Tabela 16: Variação Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil (1968-1973)**

| 1968  | 1969  | 1970   | 1971   | 1972   | 1973   |
|-------|-------|--------|--------|--------|--------|
| 9,80% | 9,50% | 10,40% | 11,34% | 11,94% | 13,97% |

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

**Tabela 17: Variação Produto Interno Bruto (PIB) per capita do Brasil (1968-1973)**

| 1968  | 1969  | 1970  | 1971  | 1972  | 1973  |
|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| 5,88% | 5,75% | 6,88% | 7,25% | 7,91% | 9,67% |

Fonte: Bolt & van Zanden (2014).

**Tabela 18: Inflação - IPC (FIPE) - (% a.a.) – 1968 a 1973**

| 1968   | 1969   | 1970   | 1971   | 1972   | 1973   |
|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| 25,21% | 23,58% | 17,45% | 20,60% | 17,45% | 13,96% |

Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) *In*: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA

Apesar dos resultados bastante positivos, alguns resultados negativos também precisariam ser mencionados, como o cerceamento da liberdade e também o aumento da desigualdade de renda medida pelo índice de gini: passa de 0,497 em 1960 para 0,562 em 1970 e 0,622 em 1972.

Apesar de ter estado na casa dos 20%, com tendência à baixa no período do milagre, após 1973 a inflação começa a se acelerar, principalmente em função do primeiro choque do petróleo, quando o preço do barril chega a quadruplicar<sup>2</sup>. O aumento do preço do petróleo gerou certo aumento da inflação de custos, uma vez que o país importava cerca de 82% do petróleo, o que levou a um considerável efeito sobre a balança comercial devido ao grande salto no valor das importações. O estrangulamento da capacidade produtiva interna não deixou com que a oferta reagisse tão rapidamente à demanda, pressionando os preços (Salassa 1981, Santos & Colistete 2009).

Diante deste cenário, Ernesto Geisel assume o governo em março de 1974. Chegou-se a um trade-off entre combater a inflação a qualquer custo e arcar com recessão do produto e do emprego (lado da demanda), ou combater a inflação gerada pela alta do preço do petróleo mexendo na oferta deste bem, mesmo que seja uma solução mais demorada.

A conjuntura externa estaria aparentemente ruim em um primeiro momento; no entanto, conforme os países da OPEP acumulavam cada vez mais dinheiro, esses mesmos países procuravam outros países para investir. A economia brasileira era uma opção bastante atrativa para os petrodólares, que, por fim, acabaram mantendo a liquidez internacional. Neste momento, o Brasil viu acabou por aproveitar da entrada do capital estrangeiro para fechar o balanço de pagamentos.

Com a entrada de Geisel na presidência, tem-se uma mudança ideológica para uma linha mais branda da ditadura militar, e começa-se com a ideia de uma transição lenta e gradual para os civis, de maneira segura como condição necessária que a economia estivesse indo bem. Em seu governo, foi lançado o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) em novembro de 1974 paralelamente ao projeto do Próálcool (lançado em dezembro de 1975), que tinha como finalidade estimular a produção de insumos básicos, bens de capital, alimentos e energia, para contrabalancear o choque de oferta e atacar a raiz desse problema no Brasil.

<sup>2</sup>Em termos de valorização, o preço do petróleo chegou a atingir, em janeiro de 1974, a marca dos 470% de aumento em relação ao ano anterior. Pela primeira vez na história, os 31 países da OPEP assumiram o papel principal no mecanismo de formação de preços, até então um privilégio das *majors* e dos países desenvolvidos, grandes consumidores.” (Souza, 2003)

O objetivo principal do II PND (1974 – 1979) era de reestruturar a oferta a médio prazo, tolerando a inflação no curto prazo, além de conviver com um endividamento crescente. Atuando como medida anticíclica, este manteria o crescimento agora com a necessidade de atacar gargalos estruturais importantes, principalmente nos setores de energia, transportes e indústrias de base. Complementarmente a esta necessidade, um dos maiores objetivos do plano era o de diminuir a dependência energética externa, diminuindo principalmente a fragilidade do país com relação ao petróleo e seus derivados.

Sendo um plano com viés heterodoxo desenvolvimentista, este optou pelo caminho em que se manteria o crescimento, o consumo e o emprego, além também de ter objetivo social de tentar diminuir as desigualdades de renda. Outro objetivo também era o de ampliar e diversificar as exportações no intuito de melhorar a balança comercial, arrefecendo o problema gerado com o 1ª choque do petróleo na balança comercial e no balanço de pagamentos do país.

O papel do governo foi fundamental na tamanha expansão dos investimentos do período, ao mesmo tempo em que os déficits públicos tinham aumento cada vez maior por conta de renúncias fiscais para ajudar a indústria e as exportações, e também por conta do aumento dos gastos com os projetos do II PND. Grande parte dos investimentos foi em energia, com a construção de Itaipu e Tucuruí, descobrimento de petróleo na Bahia de Campos, grandes obras de escoamento de produção (transporte).

Economicamente, o país continuou crescendo a uma taxa média de quase 7% a.a. no período do plano que foi de 1975 a 1979. A ampliação dos investimentos sobre o PIB se mantiveram na casa dos 23%, enquanto em 2013 esta taxa foi de 18,19% (Gráfico 5). Mais uma vez, assim como no Plano de Metas, o Estado teve papel importante como planejador, executor e financiador; além do país ter se encontrado em um contexto externo favorável de vasta liquidez. Diferentemente do Plano de metas, o capital estatal no II PND foi mais considerável do que com relação ao capital externo e ao capital privado, enquanto no Plano de Metas foi o capital externo que se destacou. E adicionalmente, houve uma mudança na política salarial, agora com compensação das perdas salariais das reformas anteriores.

**Tabela 19: Variação Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil (1975-1979)**

| 1975  | 1976   | 1977  | 1978  | 1979  |
|-------|--------|-------|-------|-------|
| 5,17% | 10,26% | 4,93% | 4,97% | 6,76% |

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

**Tabela 20: Taxa de investimento - (% PIB) – 1975 a 1979**

| 1975   | 1976   | 1977   | 1978   | 1979   |
|--------|--------|--------|--------|--------|
| 23,33% | 22,42% | 21,35% | 22,27% | 23,36% |

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Sistema de Contas Nacionais – SCN.

*In:* Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Os resultados do II PND foram bastante satisfatórios, mantendo-se um bom crescimento econômico no país, além emergência de uma nova estrutura industrial tanto nos setores de transporte, energia, industrial, reestruturando, desta forma, a oferta e abrindo possibilidades de novos investimentos; além da conquista para os trabalhadores juntamente com a nova política salarial que acaba por estancar as perdas do poder aquisitivo.

Com relação aos aspectos negativos do plano, o principal dele era a inflação. Manteve-se a demanda agregada aquecida, o que acabou por gerar uma aceleração contínua no nível geral de preços, chegando a 67,19% em 1979. O aumento dos investimentos também foi motivo do aumento da pressão dos preços, juntamente com algumas quebras de safra agrícolas, com o abrandamento da política salarial, e claramente com o choque do petróleo de 1973.

**Tabela 21: Inflação - IPC (FIPE) - (% a.a.) – 1974 a 1979**

| 1974   | 1975   | 1976   | 1977   | 1978   | 1979   |
|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| 33,05% | 29,25% | 38,06% | 41,10% | 39,90% | 67,19% |

Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) *In:* Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA

Além disso, a dívida pública, tanto interna quanto externa, cresceu consideravelmente, a uma taxa de 20% a.a., enquanto a economia crescia a uma taxa de 7%. A dívida pública passa a se tornar um problema a partir daí, uma vez que ela crescia a uma taxa 3x maior que a capacidade de pagamento do país. Toda esta situação acabou por gerar um grande desequilíbrio fiscal do Governo, gerando também falta de credibilidade num contexto mundial, e, para finalizar, houve uma grande perda de reservas neste período para fechar o balanço de pagamentos.

O último presidente do Governo Militar a assumir a presidência foi o João Baptista de Oliveira Figueiredo em março de 1979, fazendo parte também da linha mais branda dos

militares. O AI-5 já havia sido anulado em 1978, e Figueiredo ainda lançou a Lei da Anistia e uma reforma partidária, aumentando o número de partidos, sem falar das eleições de 1982 para governadores, senadores, etc., a partir de eleições diretas.

Economicamente, durante o governo de Figueiredo (1979-1985), o país passou por uma grande volatilidade do crescimento e também das políticas econômicas, tendo marcantes três períodos diferentes. Entre agosto de 1979 até fim de 1980, a política econômica teve caráter mais expansionista/desenvolvimentista, seguindo a linha do governo anterior. Como resultado, mesmo dentro do contexto da época (importações mais caras, problema com o déficit da balança comercial, necessidade crescente de entrada do capital externo, dívida externa crescente, etc.), o crescimento da economia foi considerado bom para esses anos (Tabela 22). No entanto, a inflação (Tabela 23) que estava em 67,19% em 1979 atinge 84,77% em 1980, além também do setor externo estar passando por um período de forte estrangulamento, e do esgotamento das reservas cambiais, deixando clara a necessidade de mudança nas políticas econômicas.

**Tabela 22: Variação Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil (1979-1985)**

| 1979  | 1980  | 1981   | 1982  | 1983   | 1984  | 1985  |
|-------|-------|--------|-------|--------|-------|-------|
| 6,76% | 9,20% | -4,25% | 0,83% | -2,93% | 5,40% | 7,85% |

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

**Tabela 23: Inflação - IPC (FIPE) - (% a.a.) - 1979 a 1985**

| 1979   | 1980   | 1981   | 1982   | 1983    | 1984    | 1985    |
|--------|--------|--------|--------|---------|---------|---------|
| 67,19% | 84,77% | 90,87% | 94,63% | 164,09% | 178,56% | 228,22% |

Fonte: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) *In*: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

O período entre 1981 e 1983 foi marcado por uma completa mudança de política econômica, passando agora a ter um caráter mais ortodoxo restritivo. Além do problema da crescente dívida brasileira, países como Estados Unidos e Inglaterra também estavam passando por um período de alta da inflação por conta do 2º choque do petróleo, o que gerou um aumento da taxa de juros mundial, e conseqüentemente um impacto direto no custo da dívida brasileira. Agora, além do problema da dívida, cessa-se a liquidez internacional para ajudar a fechar o balanço de pagamentos.

Como saída, a política ortodoxa solta a taxa de juros interna dentro da política monetária, para contrabalancear a inflação e atrair mais capitais estrangeiros. Além disso, aumenta-se a carga tributária, e juntamente ao corte dos gastos do governo, diminuem-se os investimentos, passando de 23,36% em 1979 para 18,01% em 1985. Neste período, a taxa de crescimento média da economia foi bastante ruim quando comparado a período anteriores (saindo de 9,2% em 1980 para -4,25% em 1981, 0,83% em 1982, e -2,93% em 1983) (Tabela 22).

**Tabela 24: Taxa de investimento - (% PIB) - 1979 a 1985**

| 1979   | 1980   | 1981   | 1982   | 1983   | 1984   | 1985   |
|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| 23,36% | 23,56% | 24,31% | 22,99% | 19,93% | 18,90% | 18,01% |

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Sistema de Contas Nacional (SCN)

*In:* Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Com a queda da renda, diminuiram-se também as importações, o que acabou por gerar uma melhora na balança comercial que sai de negativa/crescente para positiva, acompanhado da melhora nas exportações. No entanto, o objetivo de diminuição da inflação acaba não sendo atingido, e esta passa para um patamar alto e crescente de 228,22% em 1985. Além disso, o Brasil precisou recorrer ao FMI em novembro de 1982 no intuito de recompor as suas reservas, e, com isso, o país passa a ter que cumprir algumas metas e medidas em prol de uma melhora do cenário econômico (controle dos gastos públicos, meta de redução da inflação, metas para saldo da balança comercial, etc.). Metas e medidas internas estas que não foram cumpridas, gerando tensões ainda maiores com o fundo internacional.

Já o período entre 1984 e 1985 obteve um crescimento do produto de 5,4% em 1984 e 7,85% em 1985, marcado pela recuperação das economias estrangeiras, o que fez com que as exportações brasileiras crescessem em termos de quantidade e também de valor, sem falar na queda da quantidade das importações e agora também no valor destas. Esse duplo efeito gerou equilíbrio do setor externo, e também acabou por utilizar parte da capacidade ociosa vinda do II PND, o que foi positivo para a indústria.

Já há alguns anos, os governos vinham tentando combater a inflação na economia brasileira. No entanto, é a partir do governo de José Sarney que este combate vira a maior prioridade das políticas lançadas. Sarney perdurou na presidência do país de 1985 até 1990 e nele foram lançados os seguintes planos econômicos: Plano Dornelles (abril de 1985); Plano Cruzado (fevereiro de 1986); Plano Cruzado II (novembro de 1986); Plano Bresser (junho de 1987 até

dezembro de 1987); Estratégia Arroz com Feijão (1988); e Plano Verão (janeiro de 1989). Todos os planos a partir do plano Cruzado, com exceção da estratégia Arroz com Feijão, fizeram uso de medidas de combate à inflação inercial, que se mostrava o maior problema de combate à inflação no país (Castro, 2011; Modiano, 2014).

**Tabela 25: Variação Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil (1985-1990)**

| 1985  | 1986  | 1987  | 1988   | 1989  | 1990   |
|-------|-------|-------|--------|-------|--------|
| 7,85% | 7,49% | 3,53% | -0,06% | 3,16% | -4,35% |

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

**Tabela 26: Inflação - IPC (FIPE) - (% a.a.) - 1985 a 1990**

| 1985    | 1986   | 1987    | 1988    | 1989     | 1990     |
|---------|--------|---------|---------|----------|----------|
| 228,22% | 68,08% | 367,12% | 891,67% | 1636,61% | 1639,08% |

Fonte: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe),  
In: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Apesar das tentativas, conforme Tabela 26, a inflação não conseguiu ser contida, alcançando seus maiores patamares a partir de 1989. O maior problema da inflação da época foi o componente inercial que necessitava ser contido; no entanto, o congelamento dos preços utilizado nos planos deste governo não se mostrou eficaz (Castro, 2011).

Num contexto de liberalização, e de grande debate sobre como fazer economias subdesenvolvidas, endividadas, se desenvolverem, Fernando Collor de Mello (1989 a 1992) ganha as eleições de 1989, apoiado pela grande massa popular na esperança de mudança da situação em que o país se encontrava. Surge um conjunto de regras básicas que serviriam para promover um ajustamento macroeconômico nos países em desenvolvimento que passavam por dificuldades chamado Consenso de Washington. Dentro dessas regras básicas está a disciplina fiscal, foco dos gastos públicos em áreas específicas, reforma tributária, taxa de câmbio competitiva (desvalorizada), liberalização financeira, liberalização do comércio (redução de alíquotas), etc. A ideia era diminuir a participação do estado, dando maior papel ao setor privado.

Dentro deste contexto, o presidente lança o Plano Collor 1 que era apoiado nos seguintes pilares. O primeiro deles era o pilar monetário/financeiro, em que troca-se a moeda para o cruzeiro e o polêmico confisco dos saldos financeiros, deixando o dinheiro retido no intuito de restringir a liquidez e controlar pressões pelo lado da demanda. O segundo dos pilares era o

fiscal, em que se criam novos impostos, e são eliminados incentivos fiscais, com o intuito de aumento de receitas, racionalização de gastos, e promoção de um sistema mais eficiente.

O pilar inercial tinha como objetivo o controle da inflação inercial através de um choque heterodoxo de congelamento de preços, política que já havia sido usada em políticas anteriores de controle deste tipo de inflação. Dentro do pilar cambial estava a prévia de um câmbio livre (não fixado), respeitando as regras mais liberais lançadas na época. E por último estava um pilar de reformas, tanto no âmbito administrativo, quanto no patrimonial e o econômico.

Dentro da reforma econômica, coloca-se em prática uma maior abertura comercial para estimular a competitividade, ter acesso a insumos mais eficientes, aumento de produtividade, ganhos de escala dentro daquilo que foi intitulado como regra básica do Consenso de Washington. E, com relação à reforma patrimonial, começam a serem colocadas em prática privatizações das empresas estatais juntamente com o Programa Nacional de Desestatização (PND), com o objetivo de melhorar o fechamento do balanço de pagamentos e reordenar a ação estratégica do estado na economia - aumentando a participação privada.

O processo de privatizações começou em 1991 com a sua primeira fase que foi até o ano de 1997. Dentro da 1ª fase, o foco das privatizações estava nos setores siderúrgico, petroquímico e de fertilizantes; a segunda fase, já no governo de Fernando Henrique Cardoso, foi a fase em que o foco estava no setor de telecomunicações; e, a terceira fase mantém-se até hoje com foco no setor de transportes. Dos seus principais resultados, ficaram a melhora na dívida pública, empresas mais eficientes (a exemplo da Vale e da Embraer), a queda nos preços das linhas telefônicas e abrangência de acesso (setor de telecomunicações), mas também problemas no setor energético, como o de falta de incentivos para investimentos e problemas regulatórios.

Ainda embasado nos cinco pilares do Plano Collor 1, o presidente lança o Plano Collor 2 em janeiro de 1991 no intuito de tentar melhorar as contas públicas e controlar a inflação, que começou a se acelerar no final de 1990. Nele foi aplicado um novo congelamento de preços e salários por tempo indeterminado que não se manteve, e com a demissão de Zélia Cardoso de Mello do cargo de ministra da Fazenda o plano acabou tendo pouca duração. Com a saída de Zélia, entra Marcílio Marques Moreira no ministério e ele aplica medidas tanto para o setor interno quanto para o setor externo, medidas estas que tiveram resultados bastante positivos.

Apesar de ter entrado no governo com um índice de aprovação bastante alto, Collor é obrigado a sair da presidência através de um impeachment, por conta tanto de insatisfações populares devido o confisco, quanto por conta de denúncias de corrupção.

**Tabela 27: Variação Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil (1989-1992)**

| 1989  | 1990   | 1991  | 1992   |
|-------|--------|-------|--------|
| 3,16% | -4,35% | 1,03% | -0,47% |

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

**Tabela 28: Inflação - IPC (FIPE) - (% a.a.) 1989 a 1992**

| 1989     | 1990     | 1991    | 1992     |
|----------|----------|---------|----------|
| 1636,61% | 1639,08% | 458,61% | 1129,45% |

Fonte: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe)

*In:* Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Com a saída de Collor, Itamar Franco assume a presidência em dezembro de 1992 até janeiro de 1995. Durante este governo, Fernando Henrique Cardoso foi ministro da Fazenda fazendo parte do planejamento e execução do Plano Real juntamente com Pêrsio Arida e André de Lara Resende como parte da equipe econômica. O Plano Real teve três fases: Programa de Ação Imediata, com uma série de propostas buscando ajuste fiscal; a fase da Unidade Real/Referencial de Valor (URV); e a Reforma Monetária. Além disso, o plano fez uso das âncoras cambiais e monetárias como medidas adicionais ao combate à inflação. O Plano Real foi tão bem-sucedido que terminou o ano de 1994 com inflação de 23,17%, tendo saído de 1.129,45% a.a. em 1992.

**Tabela 29: Inflação - IPC (FIPE) - (% a.a.) 1992 a 1995**

| 1992     | 1993     | 1994    | 1995   |
|----------|----------|---------|--------|
| 1129,45% | 2490,99% | 941,25% | 23,17% |

Fonte: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe)

*In:* Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Fernando Henrique Cardoso ganha as eleições e assume a presidência em 1995 (até 2003) escolhendo manter a inflação baixa em detrimento do emprego e crescimento da economia num primeiro momento. O presidente optou por manter o real valorizado, aumentar a taxa de

juros da economia, criar e aumentar impostos, cortar gastos públicos e aprovar emendas que facilitariam a entrada do capital estrangeiro.

Mediante crise internacional dos países subdesenvolvidos, o seu segundo mandato foi marcado por grande fuga de capital não só do Brasil, mas de toda a América Latina, o que levou a uma grave crise financeira e política. Para enfrentar tal crise, o governo aumenta os juros e faz uso das reservas internacionais para tentar conter a desvalorização do real, além de ter que recorrer ao FMI. Em 2000, o presidente sancionou a Lei de Responsabilidade Fiscal aumentando a disciplina do orçamento público no intuito de maior controle das contas públicas. Além disso, a partir de 1999, o governo implementa mudanças tanto na área fiscal quanto nas áreas cambial e monetária. Seria o chamado tripé macroeconômico que se dispõe a gerar superávit primário, a utilizar o câmbio de forma flutuante e a se enquadrar dentro de um regime de metas de inflação.

**Tabela 30: Inflação - IPC (FIPE) - (% a.a.) - 1995 a 2003**

| 1995   | 1996   | 1997  | 1998   | 1999  | 2000  | 2001  | 2002  | 2003  |
|--------|--------|-------|--------|-------|-------|-------|-------|-------|
| 23,17% | 10,04% | 4,83% | -1,79% | 8,64% | 4,38% | 7,13% | 9,92% | 8,17% |

Fonte: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe),  
In: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

**Tabela 31: Variação Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil (1995-2003)**

| 1995  | 1996  | 1997  | 1998  | 1999  | 2000  | 2001  | 2002  | 2003  |
|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| 4,42% | 2,15% | 3,38% | 0,04% | 0,25% | 4,31% | 1,31% | 2,66% | 1,15% |

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Luiz Inácio Lula da Silva começou a disputa das eleições de 2002 com um discurso exagerado, que gerou por consequência muitas tensões no mercado, principalmente com relação aos investidores. Tal fato registrou certa fuga de capitais do país, além da inflação gerada com a desvalorização cambial que ocorreu no período. No entanto, ele percebe esses efeitos negativos, e muda para um discurso mais centralizado. Além disso, ele lança notas afirmando que cumpriria os acordos com o FMI firmados no governo FHC, além também de se comprometer, caso eleito, a cumprir as metas de superávit primário.

Apesar da mudança de discurso, antes das eleições, o câmbio chegou a quase R\$4,00, o que interferiu bastante na inflação. Em meio a um ambiente cheio de incertezas, Lula começou seu mandato (2003 a 2010) elevando a taxa de juros, o que mostrou compromisso com a

inflação. O mercado começa a se acalmar, e é registrada uma redução na inflação que chegou a ser ainda menor do que a inflação do ano anterior. Em resumo, o ano de 2003 termina com redução da inflação e da taxa de juros, e com um risco país ainda menor.

A partir de 2003, há uma retomada do investimento estrangeiro no país, o que gerou um efeito no câmbio de forma que ele voltasse a se valorizar (ficando abaixo dos R\$3,00). O ano de 2003 se tornou um ano de ajuste, revertendo expectativas, o que auxiliou o crescimento da economia nos anos seguintes. Já em 2004, foi registrado um crescimento de 5,7% do PIB, que se manteve bom nos anos seguintes, mesmo com a crise de 2009. Seu primeiro mandato é marcado por políticas monetárias e fiscais mais restritivas de modo a estabilizar a economia; no entanto, seu segundo, tais políticas apresentam um caráter menos rígido de maneira a permitir um maior crescimento.

**Tabela 32: Variação Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil (2003 a 2010)**

| 2003  | 2004  | 2005  | 2006  | 2007  | 2008  | 2009   | 2010  |
|-------|-------|-------|-------|-------|-------|--------|-------|
| 1,15% | 5,71% | 3,16% | 3,96% | 6,09% | 5,17% | -0,33% | 7,53% |

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

A balança comercial permaneceu positiva mesmo durante a valorização com câmbio, acompanhada de um crescimento do comércio com a China e um aumento dos preços das commodities, obtendo uma melhora nos termos de troca do país. Além disso, seu governo mudou o perfil da dívida de forma a melhorá-la e diminuir a vulnerabilidade externa. Com relação ao social, houve aumento no salário mínimo, melhoramento nos índices de pobreza e miséria, além da tendência à queda das desigualdades. Em termos de política externa, o governo Lula gerou efeitos bastante positivos com o Brasil entrando nas discussões internacionais, e uma retomada de relações com diversos países.

Lula deixa seu mandato promovendo durante as eleições a candidata Dilma Rousseff, ex Ministra de Minas e Energia e mais tarde Ministra-Chefe da Casa Civil durante seu governo. Dilma é eleita e permanece com seu mandato vigente até a escrita deste trabalho. Por ser um governo recente, deixo fora do escopo deste trabalho a análise histórica deste período.

#### **4. A Decolagem da Economia Brasileira dentro do Modelo das Etapas do Desenvolvimento de Rostow: Variáveis e Análises**

O objetivo deste capítulo é analisar os principais indicadores econômicos brasileiros através da ótica do modelo das Etapas do Desenvolvimento do Rostow, evidenciando a decolagem da economia a partir da década de 50 e a concretização das pré-condições para este evento. Havendo o capítulo anterior descrito os principais acontecimentos e características dos governos brasileiros, principalmente do século XX, este capítulo se dispõe a identificar mudanças no modo de produção, além de mudanças sociais e políticas que teriam proporcionado a decolagem da economia brasileira.

Além do cumprimento de três condições básicas para que haja a decolagem, há ainda quatro fatores básicos que precisariam ser firmados para que houvesse a decolagem da economia:

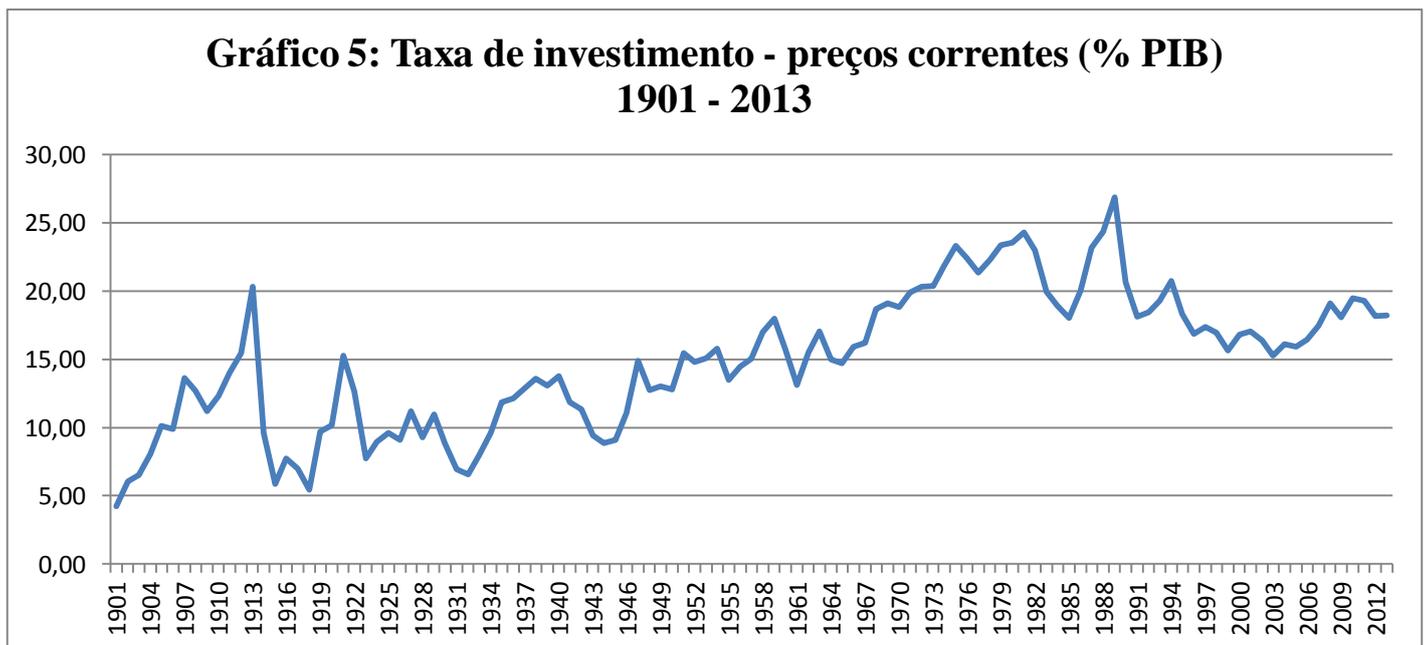
- Aumento na taxa de investimento produtivo de 5% ou menos para mais de 10% da renda nacional: concretizado no Brasil a partir do ano de 1946, permanecendo acima deste patamar;
- Desenvolvimento de um ou mais setores manufatureiros importantes com elevada taxa de crescimento: a exemplo dos setores de bens de consumo duráveis e bens intermediários;
- Existência ou surgimento de uma estrutura política, social e institucional que explore os impulsos de expansão do setor moderno e os possíveis efeitos das economias externas que conceda ao crescimento um caráter de processo contínuo.

Outros quatro fatores básicos para que se concretize o arranco:

- “1 - Deve haver aumento da procura real do produto ou produtos dos setores que oferecem base para um rápido índice de aumento do volume da produção;
- 2 - Deve haver uma introdução, nesses setores, de novas funções de produção, assim como um alargamento de sua capacidade;
- 3 - A sociedade deve ser capaz de produzir o capital inicialmente imprescindível para servir de estopim do arranco nesses setores líderes; especialmente, deve haver um alto índice de reinvestimento pelos dirigentes (particulares ou oficiais) que controlam a capacidade e a técnica desses setores e dos setores de desenvolvimento suplementar que são por eles estimulados a se expandirem;

4 – Finalmente, o setor (ou setores) líder(es) deve(m) ser de tal natureza que a sua expansão e transformação técnica induzam uma cadeia de exigências de aumento da capacidade e da potencialidade para as novas funções de produção em outros setores, às quais a sociedade de fato atende progressivamente.” (Rostow, 1960).

De acordo com o Gráfico 5, a taxa de investimentos como percentagem do PIB da economia brasileira oscila numa média de 10,29% entre 1901 e 1946; e, a partir do ano de 1946, esta taxa se mantém acima do patamar de 10%, registrando média de 18,04% no período de 1946 e 2013, e chegando a estar acima dos 20% a partir de 1970 em consequência do período do “Milagre Econômico”. Tal aumento da taxa de investimento até um nível regular, substancial e que ultrapasse perceptivelmente o crescimento demográfico é a essência da transição para a fase da decolagem da economia, como indicado por Rostow (1960).



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Sistema de Contas Nacionais – SCN.

In: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

Este indicador sugere a existência de uma nova organização da sociedade brasileira, uma vez que comparado às taxas do começo do século XX, essas taxas se tornam bastante expressivas a partir do momento que foi delimitado como marco para o arranco brasileiro: a década de 1950, mais especificamente a partir do ano de 1954.

A partir da década de 20, a indústria passa a se firmar na produção não apenas bens de consumo não duráveis, mas também de uma indústria de bens duráveis, insumos industriais e bens de capital, ao ponto de na década de 30 se tornar o setor mais dinâmico e que mais crescia no país, conforme indicado no capítulo anterior, sugerindo não só o surgimento de novas empresas industriais como também o desenvolvimento das empresas já consolidadas.

Mais além, foi no ano de 1932 que o setor industrial passou a crescer mais que o setor agrícola, e, já em meados dos anos 1940, a participação relativa da produção industrial no PIB ultrapassou a da agricultura (Bonelli, 2003), o que mostra uma estrutura cada vez mais preparada para a concretização do arranco da economia brasileira que viria acontecer a partir de 1954.

O primeiro Governo Vargas (1930 a 1945) teve grande importância na concretização da superação das pré-condições para o arranco, uma vez que teve seu sucesso puxado pelo setor industrial, que cresceu em média 7,2% neste período (Tabela 5) advindo de uma maior diversificação da produção que a indústria brasileira obteve com a 1ª Guerra Mundial, diversificação esta aprofundada na década de 1920.

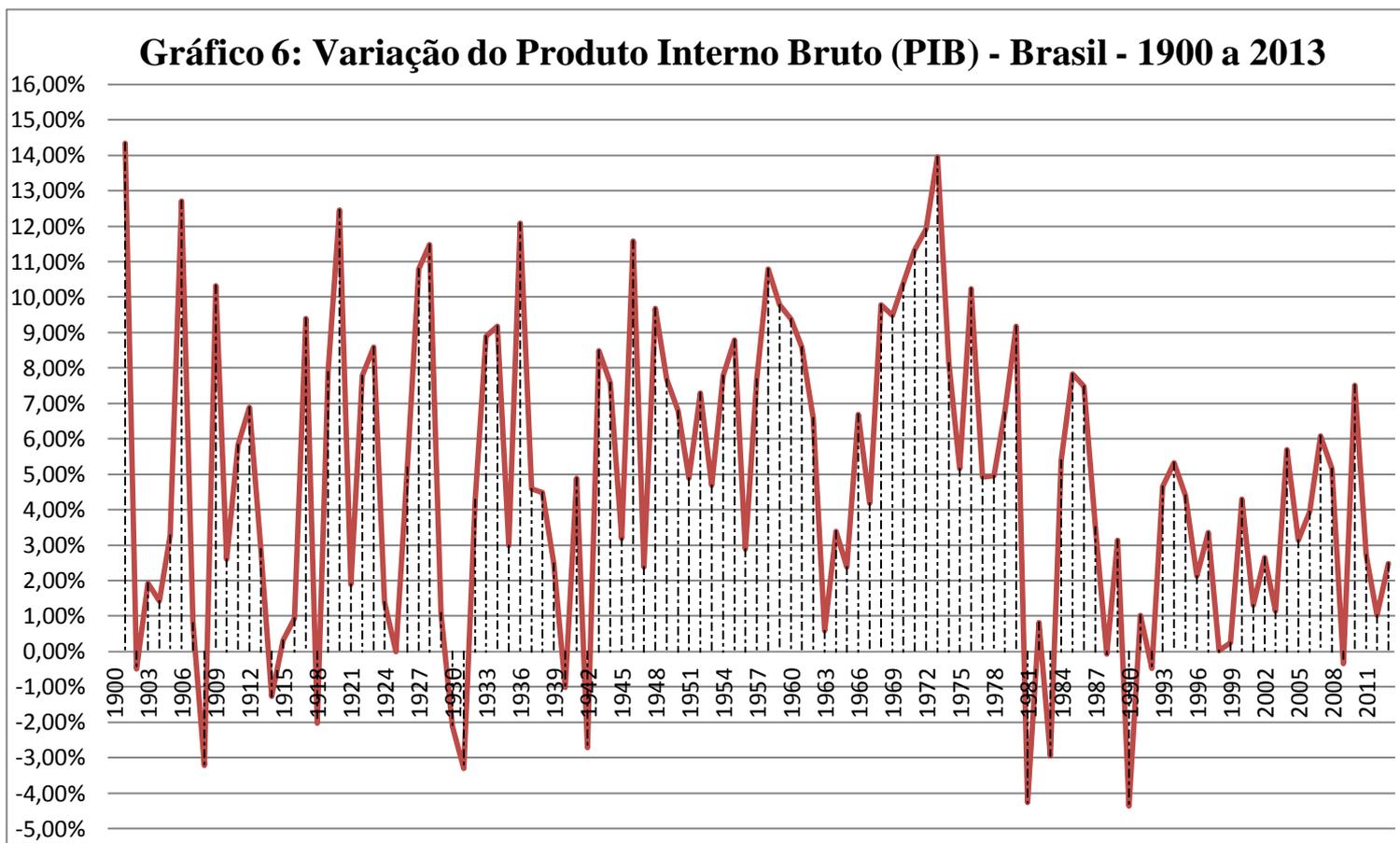
Com relação ao setor industrial, ele é o setor que demanda maiores quantidades de investimentos por essência, uma vez que traz consigo uma grande necessidade de inovação tecnológica para manter e aumentar a sua produtividade. Uma política industrial ativa estaria orientada para setores dinâmicos, onde suas atividades são indutoras de avanços tecnológicos e estão apoiadas num ambiente institucional que deve ser favorável ao desenvolvimento de tal política (Suzigan e Furtado, 2006).

Com relação ao crescimento da economia, a variação do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro entre 1900 e 2013 está representada no Gráfico 6. Por representar um período de mais de 100 anos, a análise histórica de alguns dos principais acontecimentos de cada período foi feita no capítulo anterior. No entanto, a partir de uma visão mais geral, podem-se identificar alguns períodos de importante ênfase nesta análise.

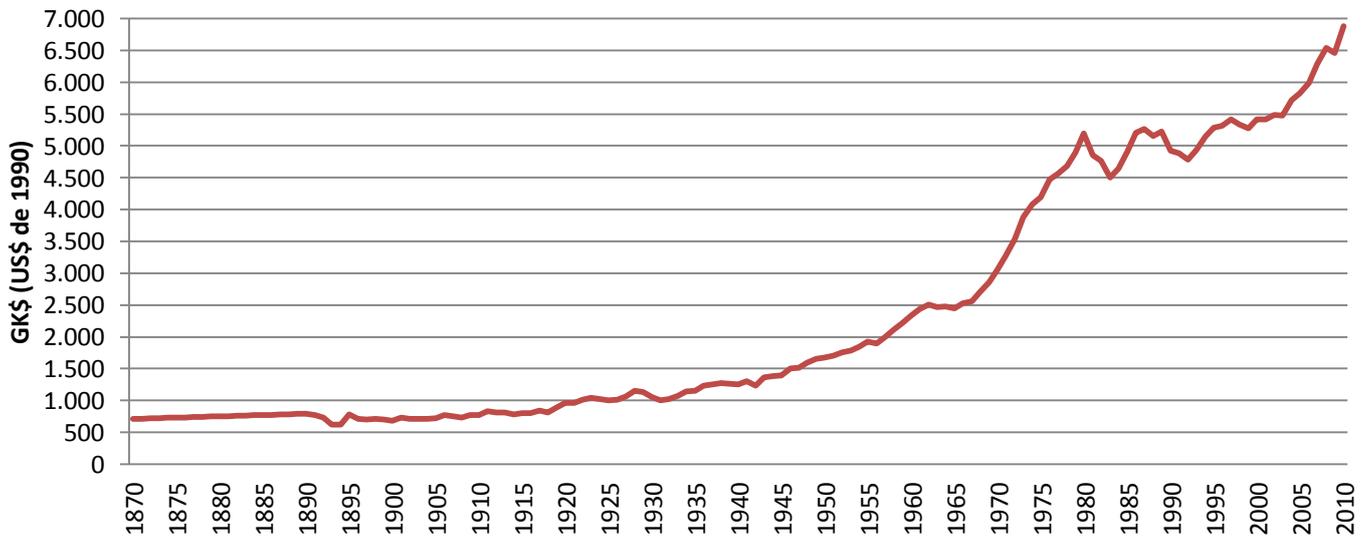
Em geral, o Brasil obteve resultados bastante satisfatórios nesses últimos 115 anos, puxados em parte pelo setor agroexportador e em parte pela indústria e sua diversificação. O último século foi marcado por grandes transformações em todos os âmbitos da sociedade, tanto no econômico, quanto no político e no social. O país saiu de uma renda per capita de US\$703 no início do século XX, chegando a uma renda de quase US\$7.000 em 2010 (como indicado no

Gráfico 7), sem falar na melhora na infraestrutura, na modernização das cidades, aumento do consumo energético, diversificação do leque de consumo da população, etc.

Vale ressaltar que não fazem nem 150 anos que o país deixou de ser colônia, em condições bem adversas daquelas observadas nos Estados Unidos, e passou a ser a sétima maior economia do mundo em 2015. Tudo isso devido à superação de diversas condições (evidenciadas no capítulo anterior) que permitiram ao país a decolagem da sua economia. Entretanto, o Brasil ainda apresenta gargalos tanto estruturais, quanto institucionais e financeiros que precisam ser superados no intuito de superação do subdesenvolvimento e passagem para um país desenvolvido.



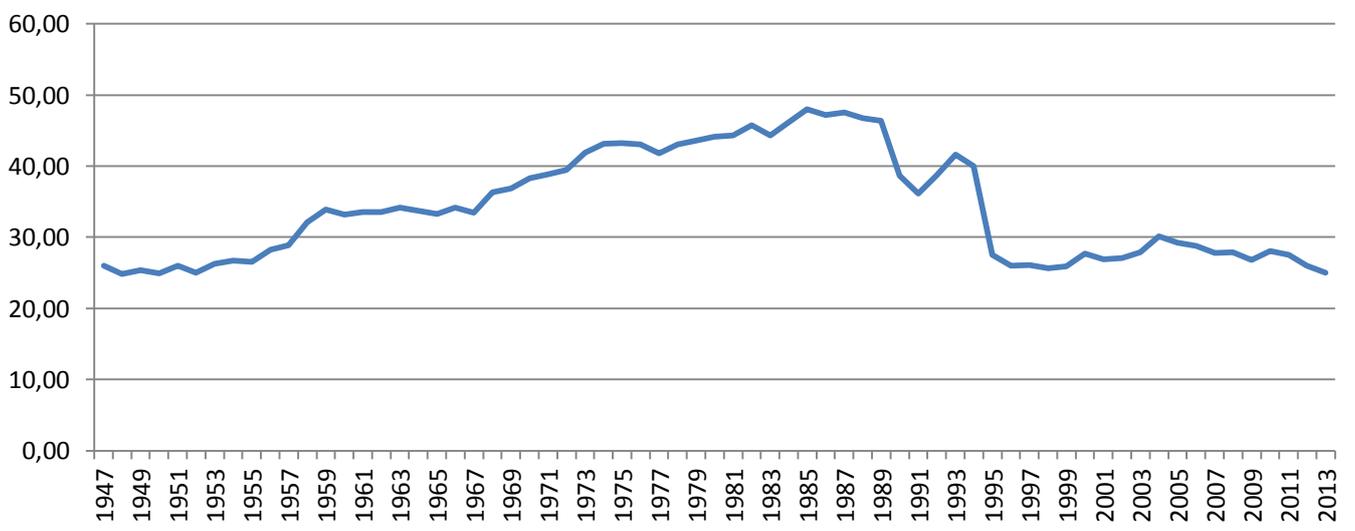
**Gráfico 7: Produto Interno Bruto (PIB) per capita - Brasil  
(1870 a 2010)**



Fonte: Bolt & van Zanden (2014).

A visão do arranco, segundo Rostow, é um retorno a um modo bem antigo de encarar o desenvolvimento econômico, em que a decolagem da economia é definida como uma revolução industrial, ligada diretamente a modificações radicais nos métodos de produção e exercendo efeitos decisivos num período de tempo relativamente curto. Como demonstrado no Gráfico 8, a participação da indústria no PIB cresceu de 25% em 1948 para quase 50% na década de 1980 – período de quase 30 anos – que gerou mudanças significativas na estrutura da sociedade.

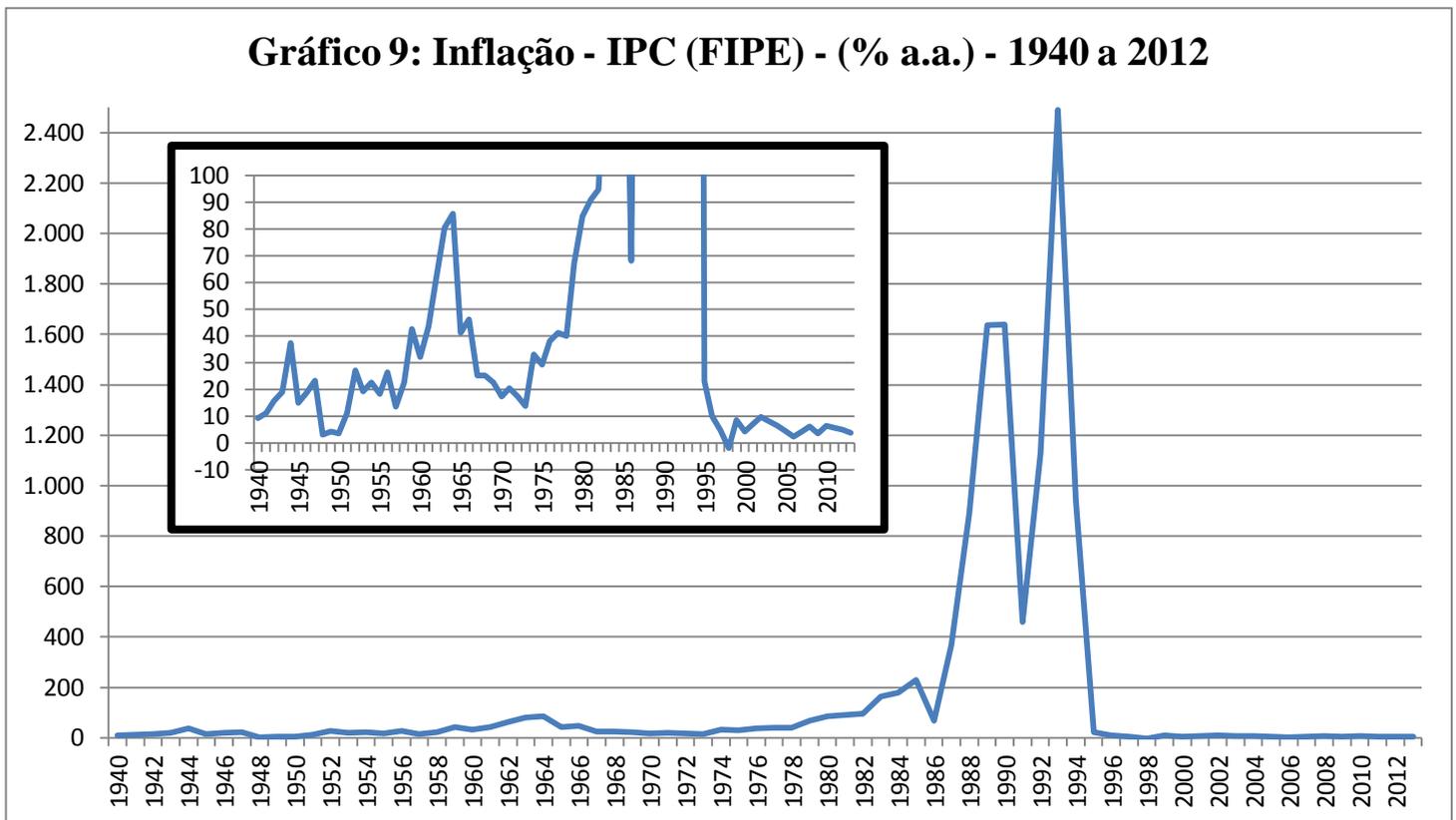
**Gráfico 8: PIB - Indústria - (% PIB) - 1947 a 2013**



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Sistema de Contas Nacionais – SCN.

In: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Referente à inflação, o Gráfico 9 aponta que o Brasil passou por momentos de fortes dificuldades com relação ao índice geral de preços, principalmente entre as décadas de 1980 e 1990. O gráfico se faz presente apenas no intuito de mostrar uma visão geral do histórico da inflação num período maior de tempo; no entanto, a análise geral por períodos temporais já foi feita no capítulo anterior.

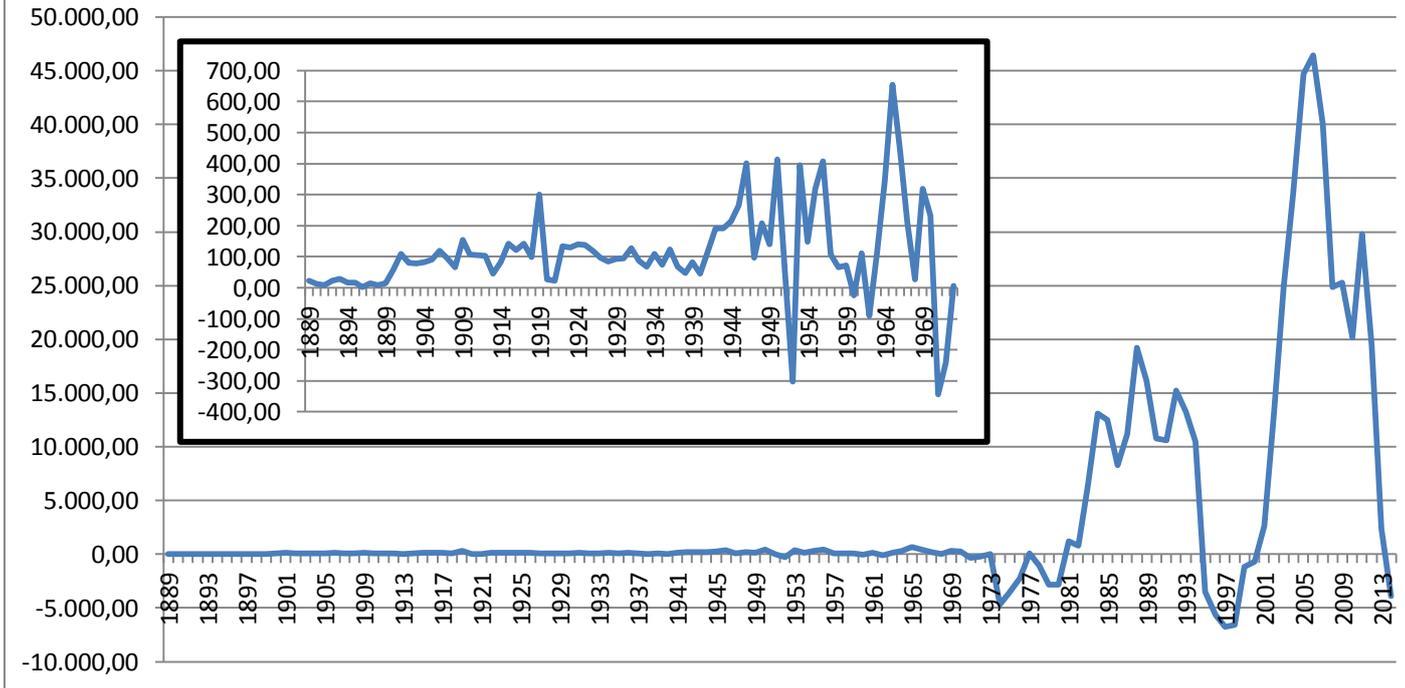


Fonte: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe)

In: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

O aumento considerável do volume do comércio internacional é mostrado no Gráfico 10 da Balança Comercial brasileira. Fica evidente que a partir da década de 1970 este volume cresce consideravelmente, proporcionado pela decolagem da economia desde a década de 1950. Conforme indicado por Rostow (1960), uma modalidade extremamente importante do processo de reinvestimento ocorreu por conta do comércio estrangeiro. Economias em desenvolvimento criariam com seus próprios recursos naturais grandes indústrias de exportação, e a rápida expansão das exportações (Gráfico 11) seria usada para financiar a importação de equipamento básico e atender ao serviço da dívida externa durante o arranco.

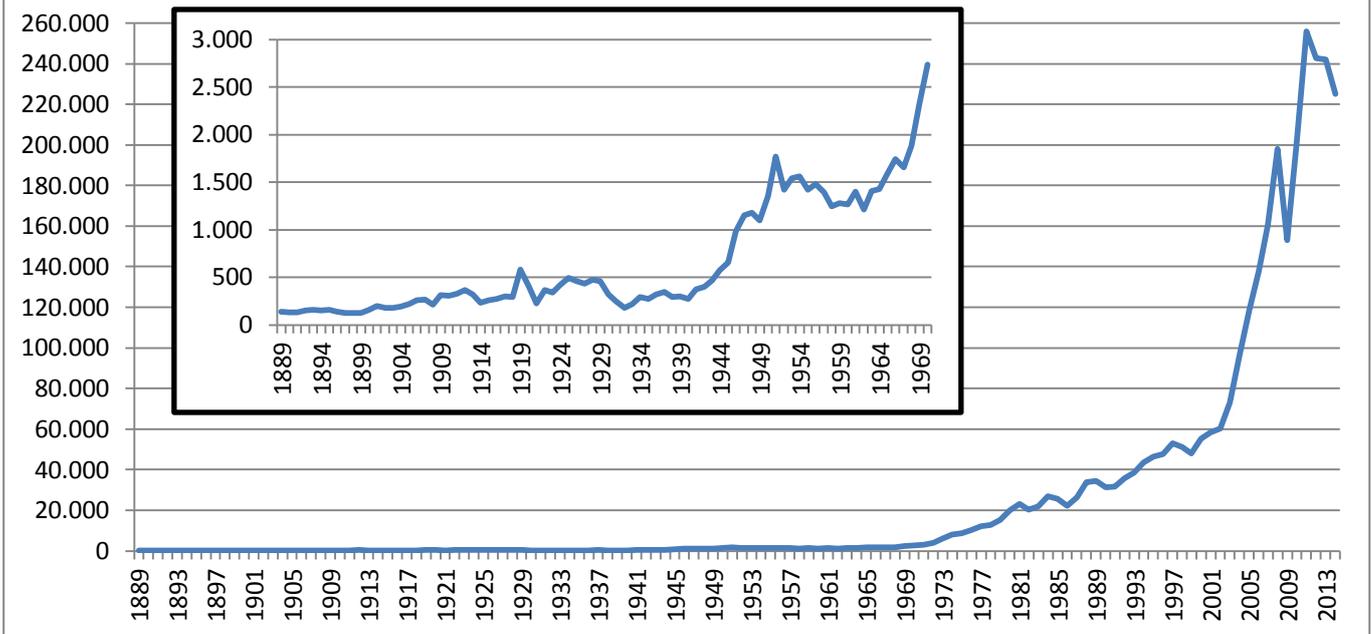
**Gráfico 10: Balança comercial - (FOB) - saldo  
US\$ (milhões) - 19889 a 2013**



Fonte: Banco Central do Brasil, Boletim, Seção Balanço de Pagamentos (BCB Boletim/BP).

In: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

**Gráfico 11: Exportações - (FOB) - US\$ (milhões)  
1889 a 2013**



Fonte: Banco Central do Brasil, Boletim, Seção Balanço de Pagamentos (BCB Boletim/BP).

In: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

## **Considerações Finais**

Em geral, o Brasil obteve resultados bastante satisfatórios nesses últimos 115 anos, puxados em parte pelo setor agroexportador e em parte pela indústria e sua diversificação. O último século foi marcado por grandes transformações em todos os âmbitos da sociedade, tanto no econômico, quanto no político e no social. O país saiu de uma renda per capita de US\$703 no início do século XX, chegando a uma renda de quase US\$7.000 em 2010, sem falar na melhora na infraestrutura, na modernização das cidades, aumento do consumo energético, diversificação do leque de consumo da população, etc.

Vale ressaltar que não fazem nem 150 anos que o país deixou de ser colônia, ultrapassando empasses econômicos e efetivando a decolagem da economia, mesmo sem haver superado todos os empasses ao crescimento. Ainda, o Brasil apresenta gargalos tanto estruturais, quanto institucionais e financeiros que precisam ser trabalhados no intuito de superação do subdesenvolvimento e passagem para um país desenvolvido.

O último século mostrou a capacidade do país de gerar riquezas. Entretanto, grande parte das dificuldades está relacionada ao planejamento e a governabilidade. Desde as ideias de Keynes, Prebisch, Furtado, o papel do governo, principalmente para o caso brasileiro e das economias subdesenvolvidas, é fundamental como planejador e em parte executor, em prol de uma alocação mais bem planejada dos recursos financeiros gerados pelo país, como evidenciado nos principais planos lançados nos governos do século passado.

O país apresenta condições ímpares que possibilitaram e ainda possibilitam o crescimento da economia, como grande território, abundância em recursos naturais, população, etc., mas ainda apresenta fatores de entrave que impedem a melhor alocação de todos estes recursos. Grande parte do entrave brasileiro está na dificuldade de governabilidade, o que acaba gerando problemas com falta de eficiência institucional, problemas no sistema tributário, corrupção, dentre outros resultados que fogem do objetivo principal deste trabalho, mas que deixa em aberto o debate para trabalhos futuros.

Por fim, as condições de superação do subdesenvolvimento da economia brasileira já se mostram presentes, e a evolução para as fases seguintes do desenvolvimento trazida pela teoria de Rostow se fazem possíveis à medida que haja uma melhor organização da sociedade e superação dos gargalos, principalmente institucionais.

## Bibliografia

- Abreu M.P. 2014. **A Ordem do Progresso: Dois séculos de política econômica no Brasil**. Rio de Janeiro. Elsevier. 2ed., 442p.
- Arend, M. **50 anos de industrialização do Brasil (1955-2005): uma análise evolucionária**. Porto Alegre. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2009. 251p. Tese de Doutorado.
- Bastos P.P.Z. & Fonseca, P.C.D. **A era Vargas: desenvolvimentismo economia e sociedade**. São Paulo. Editora Unesp. 478p., 2012.
- Bastos P.P.Z. & Fonseca, P.C.D. Apresentação: desenvolvimentismo economia e sociedade na Era Vargas. *In: Bastos P.P.Z. & Fonseca, P.C.D. A era Vargas: desenvolvimentismo economia e sociedade*. São Paulo. Editora Unesp. p.7-19, 2012.
- Bastos P.P.Z. A construção do nacional-desenvolvimentismo de Getúlio Vargas e a dinâmica de interação entre estado e mercado nos setores de base. *Economia, Selecta*, 7(4):239-275, 2006.
- Bastos P.P.Z. Ascensão e crise do projeto nacional desenvolvimentista de Getúlio Vargas. *In: Bastos P.P.Z. & Fonseca, P.C.D. A era Vargas: desenvolvimentismo economia e sociedade*. São Paulo. Editora Unesp. p.361-454, 2012.
- Bielschowsky R.(org.). Cinquenta anos de pensamento na Cepal. Rio de Janeiro, Record, 2000.
- Bielschowsky, R. Celso Furtado e o Pensamento Econômico Latino-americano. *In: Pereira, L.C.B. (Org). A grande esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos*. São Paulo: Editora 34, 2001.
- Bielshowsky, R. Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual. *Economia e Sociedade*, 21 (nº especial):729-747, 2012.
- Bolt, J. & van Zanden J. L. The Maddison Project: collaborative research on historical national accounts. *The Economic History Review*, 67(3):627-651, 2014.
- Bonelli R & Malan P.S. Os limites do possível: notas sobre o balanço de pagamentos e indústria dos anos 70. *Pesquisa e Palnejamento Economico*, 6(2):353-406, 1976.
- Bonelli R. 2003 Nível de atividade e mudança estrutural. *In: Brasil. Estatística do Século XX*. Rio de Janeiro. IBGE. 2003.
- Bonelli R. **Ensaio sobre a política econômica e a industrialização no Brasil**. Rio de Janeiro. CNI/SENAI. 1996.
- Cano, W. Da Década de 1920 à de 1930: transição rumo à crise e à industrialização no Brasil. *Economia*, 13 (3b):897-916, 2012
- Cano, W. Da Década de 1920 à de 1930: transição rumo à crise e à industrialização no Brasil. *R. Pol. Públ.*, 16(1):79-90, 2012
- Cano, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. Rio de Janeiro. DIFEL, 1977.
- Castro, L.B. Esperança, frustração e apredizagem: a primeira metade dos anos 90 (1990-1994). *In: Giambiage, F., Villela, A., Castro, L.B., Hermann, J. (Orgs.) Economia brasileira contemporânea: 1945-2010*. Rio de Janeiro, Elsevier. 2ed., Cap. 5, p.97-129, 2011.
- Couto, J.M. O pensamento desenvolvimentista de Raúl Prebisch. *Economia e Sociedade*, 16(1):45-64, 2007

- D'Aguiar, R.F.(org.). **Essencial Celso Furtado**. São Paulo. Pinguim Classics Companhia das Letras. 528p. 2013.
- Dávila-Fernández, M. "Desindustrialização e o investimento em infraestrutura como instrumento de uma política industrial base no Brasil", *Revista de Economia Política*, forthcoming
- Delfim Netto, A. (Coord.), Guilhoto J., Duarte P.G., Silber S.D. (Orgs.). **O Brasil do Século XXI**. São Paulo. Saraiva. 448p. 2011.
- Domingues, R. "O desenvolvimento econômico sob a ótica de Rostow". 2004. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/51541161/O-desenvolvimento-sob-a-otica-de-Rostow>
- Easterly, W. **O espetáculo do crescimento: Aventuras e desventuras dos economistas na incessante busca pela prosperidade nos trópicos**. Rio de Janeiro. Ediouro, 2004. 430p.
- Easterly, William. **The Elusive Quest for Growth: Economists' Adventures and Misadventures in the Tropics**. Cambridge. Massachusetts Institute of Technology - MIT, 2001. 342p
- Fausto. B. **História concisa do Brasil**. São Paulo. Editora Universidade de São Paulo. 2ed., 325p., 2012.
- Fausto. B. **História do Brasil**. São Paulo. Editora Universidade de São Paulo. 14ed., 682p., 2012.
- Fonseca, P.C.D. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. *In: Bastos P.P.Z. & Fonseca, P.C.D. A era Vargas: desenvolvimentismo economia e sociedade*. São Paulo. Editora Unesp. p.21-49, 2012.
- Furtado, C. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. 2ed. Rio de Janeiro. Ed. Fundo de Cultura. 1963. (1ª edição. em 1961)
- Furtado, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo. Companhia das Letras, 34. ed., 352p., (1ª ed. 1959), 2007.
- Furtado, C. O A Comissão Econômica Para a América Latina. Preparado a pedido da Universidade das Nações Unidas. 1988. *In: D'Aguiar, R.F.(org.). Essencial Celso Furtado*. São Paulo. Pinguim Classics Companhia das Letras. p.84-106, 2013
- Furtado, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro. Editora Companhia Nacional, 1967. (Biblioteca Universitária, Série 2, Ciências Sociais, v. 24).
- Furtado, C. O subdesenvolvimento revisitado. *In: Furtado, C.O. Brasil: a construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- Furtado, C. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1966.
- Furtado, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo. Editora Companhia Nacional, 1967. (Biblioteca Universitária, Série 2, Ciências Sociais, v. 24).
- Giambiage, F., Villela, A., Castro, L.B., Hermann, J. (Orgs.) **Economia brasileira contemporânea: 1945-2010**. Rio de Janeiro, Elsevier. 2ed., 272p., 2011.
- Gumiero, R.G. **Diálogo das teses do subdesenvolvimento de Rostow, Nurkse e Myrdal com a teoria do desenvolvimento de Celso Furtado**. São Carlos. Universidade Federal de São Carlos. 144p., 2011. Dissertação de Mestrado.

- Heilbron, J. & Barbosa, E.C. **200 anos de indústria no Brasil: de 1808 ao Sec. XXI: 70 anos da Confederação Nacional da Indústria**. Rio de Janeiro. Empresa de Marketing Cultural - EMC. 265p., 2008.
- Heilbron, J. & Barbosa, E.C. **Sistema Firjan: 180 anos de indústria no Brasil: de 1827 ao Sec. XXI**. Rio de Janeiro. Empresa de Marketing Cultural - EMC. 265p., 2007.
- Hermann J. Auge e declínio do modelo de crescimento com endividamento: o II PND e a crise da dívida externa. *In*: Giambiage, F., Villela, A., Castro, L.B., Hermann, J. (Orgs.) **Economia brasileira contemporânea: 1945-2010**. Rio de Janeiro, Elsevier. 2ed., Cap. 4, p. 73-95, 2011.
- Hollanda, S. B.. **Raízes do Brasil**. São Paulo. Companhia das Letras, 26ed.. 220p. 1995
- Keynes, J. M. (1936) **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo. Atlas, 1982 (1. ed. em inglês: Keynes, J. M. The theory of employment, interest and money. London: Palgrave Macmillan, 1936).
- Lago L.A.C. A retomada do crescimento e as distorções do “milagre”. *In*: Abreu M.P. **A Ordem do Progresso: Dois séculos de política econômica no Brasil**. Rio de Janeiro. Elsevier. 2ed., Cap. 11, p. 213-240, 2014.
- Luz N.V. **A luta pela industrialização do Brasil: 1808-1930**. São Paulo. Alfa-Omega, 2ed. 224p. 1975.
- Mantega, G. **O governo Geisel o II PND e os economistas**. EAESP/FGV. Núcleo de Pesquisas e Publicações, Relatório de Pesquisa no 3, 62p, 1997.
- Mello, J. M. C. **O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira**. Campinas. Universidade Estadual de Campinas, 1975. (Tese de doutorado).
- Mendonça, M. J. Uma análise crítica da teoria quantitativa da moeda. *Economia & Tecnologia*, v. 25, p. 1-13, 2011.
- Mesquita M.M.C. Inflação, estagnação e ruptura. *In*: Abreu M.P. **A Ordem do Progresso: Dois séculos de política econômica no Brasil**. Rio de Janeiro. Elsevier. 2ed., Cap. 9, p. 179-196, 2014.
- Modiano E.M. A ópera dos 3 cruzados, 1985-1990. *In*: Abreu M.P. **A Ordem do Progresso: Dois séculos de política econômica no Brasil**. Rio de Janeiro. Elsevier. 2ed., Cap. 14, p. 281-312, 2014.
- Moreira R. R. A derrota da Lei de Say elementos teóricos fundamentais e algumas implicações metodológicas e dinâmicas. *Rev. Econ. Contemp.*, v. 9(2): 411-431, 2005.
- Moreira, C.S. **O projeto de nação do governo João Goulart: plano trienal e as reformas de base (1961-1964)**. Porto Alegre. Sulina. 350p., 2014.
- Mussolini, C. C. e Teles, V. K. Infraestrutura e produtividade no Brasil. *Revista de Economia Política*, 30(4):645-662, 2010.
- Nelson, R. R. **As Fontes do Crescimento Econômico**. Tradução: Adriana Gomes de Freitas. Campinas, SP. Editora da Unicamp (Clássicos da Inovação), 2006.
- Nobre, W. C. A. **Introdução à história das línguas gerais no Brasil: processos distintos de formação no período colonial**. Salvador. Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, 2011. 229p. (Dissertação de Mestrado)

- Nurkse, R. **Problemas da Formação de Capital em Países Subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1957.
- Oliveira, N.M., Eberhardt, P.H.C. e Lima, J.F. Notas sobre as etapas de desenvolvimento econômico: uma análise para a região Sul. VI Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional. Rio Grande do Sul. 2013.
- Orenstein L. & Sochaczewski, A.C. Democracia com desenvolvimento. *In: Abreu M.P. A Ordem do Progresso: Dois séculos de política econômica no Brasil*. Rio de Janeiro. Elsevier. 2ed., Cap. 8, p. 157-178, 2014
- Prebisch, R. **Dinâmica do desenvolvimento latino-americano**. Rio de Janeiro. Fundo de Cultura, 1964.
- Prebisch, R. The economic development of latin america and its principal problems. United Nation . 1950.
- Rostestein-Rodan, P. Problems of industrialization of eastern and south-eastern Europe. *Economic Journal*, 53(210/211):202–211, 1943.
- Rostow, W. W. (1969[1956]). A decolagem para o desenvolvimento auto-sustentado. *In: Agarwala, A. N. e Singh, S. P. A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro. Forense. 2010.
- Rostow, W.W. **The Stages of Economic Growth: A non-communist manifesto**. Cambridge: Cambridge University Press. 1960.
- Santos, R.C. Perspectiva histórica do desenvolvimento brasileiro. *In: Delfim Netto, A. (Coord.), Guilhoto J., Duarte P.G., Silber S.D. (Orgs.). O Brasil do Século XXI*. São Paulo. Saraiva. Cap. 7, p.83-93. 2011.
- Schumpeter, J. A. **Capitalism, Socialism and Democracy**. London. George Allen & Unwin.. 1942
- Simonsen R. **História Econômica do Brasil (1500/1820)**. São Paulo. Companhia Editora Nacional. 475p., 1967
- Singer, H.W. The distribution of gains between investing and borrowing countries. *American Economic Review*, **XL**(2), 1950.
- Singer, P. O processo econômico. *In: Schwartz, L.D. (Dir.), Reis, D.A.(Coord.) História do Brasil* Nação. Modernização, ditadura e democracia: 1964-2010. Fundação Mafre, Editora Objetiva. Vol. 5, p.183-248. 2014.
- Suzigan, W. & Furtado, J. Política industrial y desarrollo. *Revista de La Cepal*, **89**:75-91, 2006.
- Suzigan, W. Estado e industrialização no Brasil. *Revista de Economia Política*, **8**(4):5-16, 1988.
- Suzigan, W. Notas sobre o desenvolvimento industrial e política econômica no Brasil da década de 30. *Revista de Economia Política*, **4**(1):132-143, 1984
- Versiani, F.R.V. & Suzigan, W. O processo brasileiro de industrialização: uma visão geral. Louvain. X Congresso Internacional de História Econômica, 1990. Disponível em: <http://cac-php.unioeste.br/cursos/toledo/historiaeconomica/eeb1-4.pdf>
- Versiani, F.R.V. Industrialização: a década de 20 e a depressão. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, **14**(1):59-94, 1984.

- Villela A. 2011. Dos “anos dourados” de JK à crise não resolvida. *In*: Giambiage, F., Villela, A., Castro, L.B., Hermann, J. (Orgs.) **Economia brasileira contemporânea: 1945-2010**. Rio de Janeiro, Elsevier. 2ed., Cap. 2, p.49-72, 2011.
- Villela, A.V. & Suzigan, W. **Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945**. Rio de Janeiro. IPEA/INPES. 1973.
- Zanias, G. P. “Testing for trends in the terms of trade between primary commodities and manufactured goods”. *Journal of development Economics*, 78:49-59, 2005.